

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva	84
---	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/06/2014	Ordinária		0,58436
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/06/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	0,58436
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/06/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	0,64279

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	7.738.928	7.633.256
1.01	Ativo Circulante	1.694.147	1.697.997
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	242.273	573.253
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.512	22.094
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.512	22.094
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.512	22.094
1.01.03	Contas a Receber	1.043.658	817.883
1.01.03.01	Clientes	1.043.658	817.883
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes e demais Contas a Receber	1.043.658	817.883
1.01.04	Estoques	8.783	12.462
1.01.06	Tributos a Recuperar	195.550	171.603
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	195.550	171.603
1.01.06.01.01	Imposto de renda - IR	33.650	42.923
1.01.06.01.02	Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	44.420	20.544
1.01.06.01.03	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	56.374	50.338
1.01.06.01.04	Programa de integração social - PIS	44.546	43.973
1.01.06.01.05	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	14.510	11.911
1.01.06.01.06	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.025	1.849
1.01.06.01.07	Outros	25	65
1.01.07	Despesas Antecipadas	22.606	13.494
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	175.765	87.208
1.01.08.03	Outros	175.765	87.208
1.01.08.03.01	Entidade de previdência privada	1.751	6.002
1.01.08.03.02	Serviços em curso	40.329	32.878
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	133.685	48.328
1.02	Ativo Não Circulante	6.044.781	5.935.259
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.442.643	2.260.464
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.737	213
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.737	213
1.02.01.03	Contas a Receber	69.557	85.999
1.02.01.03.01	Clientes	69.557	85.999
1.02.01.06	Tributos Diferidos	316.447	288.852
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	316.447	288.852
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.053.902	1.885.400
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	60.057	69.742
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	215.306	203.955
1.02.01.09.06	Entidade de previdência privada	14.983	14.983
1.02.01.09.07	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.761.166	1.593.886
1.02.01.09.08	Outros Ativos não Circulantes	2.390	2.834
1.02.02	Investimentos	8.218	8.323
1.02.04	Intangível	3.593.920	3.666.472

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	7.738.928	7.633.256
2.01	Passivo Circulante	1.776.550	1.666.255
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45.700	50.056
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	45.700	50.056
2.01.01.02.01	Salários e Encargos a Pagar	45.700	50.056
2.01.02	Fornecedores	620.084	464.292
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	620.084	464.292
2.01.03	Obrigações Fiscais	183.965	136.303
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	132.935	95.944
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	52.288	57.160
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	8.683	4.602
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	40.262	21.205
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.301	3.135
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.118	1.011
2.01.03.01.06	Impostos e contribuições retidos na fonte	8.556	7.090
2.01.03.01.07	Outros	18.727	1.741
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	47.886	37.092
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	47.886	37.092
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.144	3.267
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviços - ISS	458	615
2.01.03.03.02	Impostos e contribuições retidos na fonte	2.686	2.652
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	408.187	449.801
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	368.538	346.583
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	303.180	299.473
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	65.358	47.110
2.01.04.02	Debêntures	39.649	103.218
2.01.05	Outras Obrigações	487.718	531.825
2.01.05.02	Outros	487.718	531.825
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	102.435	114.778
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	18.856	31.599
2.01.05.02.05	Obrigações de benefícios pós emprego	6.307	0
2.01.05.02.06	Outros Passivos Circulantes	360.120	385.448
2.01.06	Provisões	30.896	33.978
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.896	33.978
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	679	5.584
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	17.152	16.479
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	9.408	8.582
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	3.657	3.333
2.02	Passivo Não Circulante	3.361.472	3.474.712
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.849.466	2.977.995
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.849.466	2.977.995
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.798.422	1.931.540
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.051.044	1.046.455
2.02.02	Outras Obrigações	328.415	330.028
2.02.02.02	Outros	328.415	330.028

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.402	2.402
2.02.02.02.03	Fornecedores	41.702	51.177
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	16.689	2.736
2.02.02.02.05	Impostos e Contribuições a recolher	3.921	15.860
2.02.02.02.06	Obrigações de benefícios de aposentadoria	245.187	242.246
2.02.02.02.07	Outros Passivos Não Circulantes	18.514	15.607
2.02.04	Provisões	183.591	166.689
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	183.591	166.689
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12.363	5.791
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	97.194	93.383
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	53.310	48.632
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	20.724	18.883
2.03	Patrimônio Líquido	2.600.906	2.492.289
2.03.01	Capital Social Realizado	542.163	542.163
2.03.02	Reservas de Capital	698.050	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com capital Próprio	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	340.429	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	1.230.979	1.230.353
2.03.04.01	Reserva Legal	108.433	108.433
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	48.065	48.065
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	319.682	319.682
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	753.086	753.086
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucros	1.713	1.087
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	108.553	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	21.161	21.723

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.158.274	2.430.065	1.216.548	2.653.590
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-904.839	-1.889.116	-894.149	-1.857.380
3.03	Resultado Bruto	253.435	540.949	322.399	796.210
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-162.882	-305.924	-149.744	-305.969
3.04.01	Despesas com Vendas	-101.336	-182.822	-97.106	-187.754
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-61.546	-123.102	-52.638	-118.215
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	90.553	235.025	172.655	490.241
3.06	Resultado Financeiro	-64.422	-106.674	-49.935	-93.440
3.06.01	Receitas Financeiras	91.052	383.376	141.808	240.312
3.06.02	Despesas Financeiras	-155.474	-490.050	-191.743	-333.752
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.131	128.351	122.720	396.801
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.424	-19.798	-22.347	-63.708
3.08.01	Corrente	-23.581	-47.104	-17.052	-60.669
3.08.02	Diferido	17.157	27.306	-5.295	-3.039
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.707	108.553	100.373	333.093
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.707	108.553	100.373	333.093
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,10000	0,56000	0,52000	1,72000
3.99.01.02	PNA	0,10000	0,56000	0,52000	1,72000
3.99.01.03	PNB	0,11000	0,62000	0,57000	1,89000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	19.707	108.553	100.373	333.093
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-281	-560	20.342	55.094
4.02.01	Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-426	-849	27.258	73.826
4.02.02	Tributos	145	289	-6.916	-18.732
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.426	107.993	120.715	388.187

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	89.782	683.078
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	463.233	706.511
6.01.01.01	Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	128.351	396.801
6.01.01.02	Amortização	153.209	141.662
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	174.016	112.820
6.01.01.04	Atualização Monetária Ativo Financeiro de Concessão	-31.032	-16.182
6.01.01.05	Perda com baixa do ativo intangível em curso	9.771	9.374
6.01.01.06	Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	13.598	30.360
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.568	18.426
6.01.01.08	Atualização monetária do Benefício Pós Emprego	13.752	13.250
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-373.451	-23.433
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-210.901	273.151
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-20.785	-53.810
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	341	4.280
6.01.02.04	Estoques	3.679	2.405
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-7.369	-9.654
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-9.112	-8.931
6.01.02.07	Entidade de previdência privada	4.251	62.793
6.01.02.08	Outros ativos	-98.355	-103.886
6.01.02.09	Fornecedores	146.317	-13.028
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	-4.356	42.631
6.01.02.11	Encargos de dívidas e swap pagos	-126.842	-119.841
6.01.02.12	Taxas regulamentares	1.210	-18.438
6.01.02.13	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	48.536	-21.704
6.01.02.14	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-53.737	-61.517
6.01.02.15	Indenizações/contingências pagas	-18.550	-14.827
6.01.02.16	Entidade de previdência privada	-5.358	-57.928
6.01.02.17	Outras passivos	-22.420	74.871
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-415.432	-525.557
6.02.01	Aquisição de intangível	-429.871	-551.951
6.02.02	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-217.358	-157.695
6.02.03	Resgate de títulos e valores mobiliários	231.797	184.089
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.330	-160.067
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	14.803	85.860
6.03.02	Captação de debêntures	0	6.203
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-155.174	-84.426
6.03.04	Amortização do principal de debêntures	-62.537	-139.864
6.03.05	Obrigações vinculadas	209.294	40.182
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital proprio	-11.716	-68.022
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-330.980	-2.546
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	573.253	252.479
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	242.273	249.933

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.230.355	0	21.721	2.492.289
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.230.355	0	21.721	2.492.289
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	624	0	0	624
5.04.08	Reversão de Dividendos/JSCP prescritos	0	0	624	0	0	624
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	108.553	-560	107.993
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	108.553	0	108.553
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-560	-560
5.05.02.06	Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-560	-560
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.230.979	108.553	21.161	2.600.906

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	851.832	0	-76.824	2.015.221
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	851.832	0	-76.824	2.015.221
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.194	0	0	-3.194
5.04.08	Reversão de Dividendos/JSCP prescritos	0	0	197	0	0	197
5.04.09	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-3.391	0	0	-3.391
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	333.093	55.094	388.187
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	333.093	0	333.093
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	55.094	55.094
5.05.02.06	Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	55.094	55.094
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	848.638	333.093	-21.730	2.400.214

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	3.382.232	3.552.744
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.403.863	3.592.057
7.01.02	Outras Receitas	-4.142	-2.747
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.489	-36.566
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.985.769	-1.979.090
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.537.981	-1.195.314
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-447.788	-783.776
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.396.463	1.573.654
7.04	Retenções	-153.209	-141.661
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-153.209	-141.661
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.243.254	1.431.993
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	383.376	240.312
7.06.02	Receitas Financeiras	383.376	240.312
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.626.630	1.672.305
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.626.630	1.672.305
7.08.01	Pessoal	149.452	114.241
7.08.01.01	Remuneração Direta	73.656	65.794
7.08.01.04	Outros	75.796	48.447
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	21.281	17.229
7.08.01.04.02	Entidade de previdência privada	7.227	4.845
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	8.319	7.855
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	836	2.751
7.08.01.04.05	Despesas com desligamento	7.815	7.833
7.08.01.04.06	Férias e 13º salário	19.125	17.289
7.08.01.04.07	Plano de saúde	15.247	4.203
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhistas	6.212	2.666
7.08.01.04.09	Participação no resultado	16.137	12.897
7.08.01.04.10	Administradores	2.372	1.218
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	583	916
7.08.01.04.12	(-) Transferência para ordens	-29.358	-31.255
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	875.570	888.554
7.08.02.01	Federais	258.764	294.358
7.08.02.02	Estaduais	616.806	594.196
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	493.055	336.417
7.08.03.01	Juros	490.050	333.752
7.08.03.02	Aluguéis	3.005	2.665
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	108.553	333.093
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	108.553	333.093

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO Em 30 de Junho de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado da Bahia, que atende a uma população estimada de 14 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia. A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 563 mil Km² e fornece diretamente cerca de 74,0% da energia elétrica no Estado da Bahia, sendo o restante fornecido por outras empresas, destacando-se a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1. Mercado de Energia Elétrica

2.1.1. Número de Consumidores Ativo

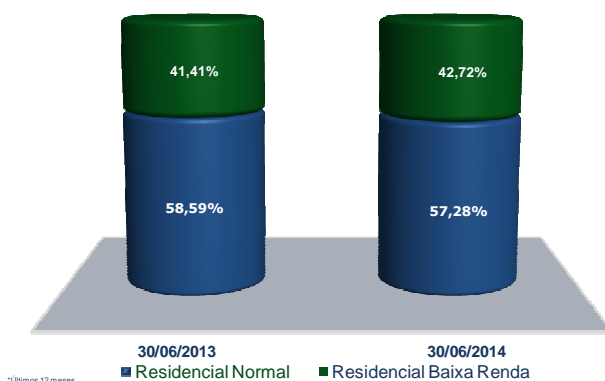
A Companhia encerrou o 2T14 com um número total de 5.473.760 consumidores, o que representa um crescimento de 3,57% em relação ao mesmo período de 2013. Esse crescimento representa um incremento de 188.544 novas unidades consumidoras. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 174.355 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado regulado da Coelba, reflexo dos investimentos realizados para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial o Programa Luz para Todos (LPT). A classe industrial apresentou um decréscimo de -4,96% no número de consumidores ativos devido principalmente, às baixas contratuais ocorridas neste período.

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos					
	2T14	2T13	Variação Vertical %		Variação Horizontal %	
			2T14	2T13	2T14	
Residencial	4.832.907	4.658.552	88,29%	88,14%	174.355	3,74%
Comercial	336.997	325.787	6,16%	6,16%	11.210	3,44%
Industrial	18.837	19.821	0,34%	0,38%	-984	-4,96%
Rural	209.883	207.590	3,83%	3,93%	2.293	1,10%
Poder Público	47.521	46.589	0,87%	0,88%	932	2,00%
Iluminação Pública	16.452	16.384	0,30%	0,31%	68	0,42%
Serviço Público	10.733	10.068	0,20%	0,19%	665	6,61%
Subtotal	5.473.330	5.284.791	99,99%	99,99%	188.539	3,57%
Consumo Próprio	428	424	0,01%	0,01%	4	0,94%
Suprimento	2	1	0,00%	0,00%	1	100,00%
Total	5.473.760	5.285.216	100,00%	100,00%	188.544	3,57%

2.1.1.1. Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial (%)

O número de consumidores residenciais em junho de 2014 representa 88,29% do total de clientes/contratos ativos, e destes 42,72% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010. Em junho de 2013 esse número era de 41,41%, apresentando discreto aumento de pouco mais de um ponto percentual em função do enquadramento dos clientes nos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal.

Comentário do Desempenho



2.2. Energia Vendida

No 2T14 a Receita com Fornecimento de Energia Elétrica na Companhia alcançou R\$ 1.441.057, apresentando um crescimento de 13,91%, equivalente a R\$ 175.948 em relação ao mesmo período do ano anterior que foi de R\$ 1.265.109.

O volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia no 2T14 foi de 4.042.940 MWh, representando um acréscimo de 4,36% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de 6,71%, atingindo um consumo de 1.624.870 MWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Coelba, com uma participação de 40,19% e tem se beneficiado de programas sociais como o Luz para Todos e políticas de “distribuição de renda” como o bolsa família, para melhorar seu desempenho no período considerado.

A classe industrial registrou um acréscimo de 5,03%, sendo esse resultado reflexo de uma estabilidade do processo de migração de clientes do mercado industrial regulado para o livre.

A classe comercial apresentou um acréscimo de 4,11% com o consumo de energia evoluindo de forma constante em relação ao verificado no ano passado. As vendas do comércio varejista da Bahia, em abril de 2014, cresceram 3,6% segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento.

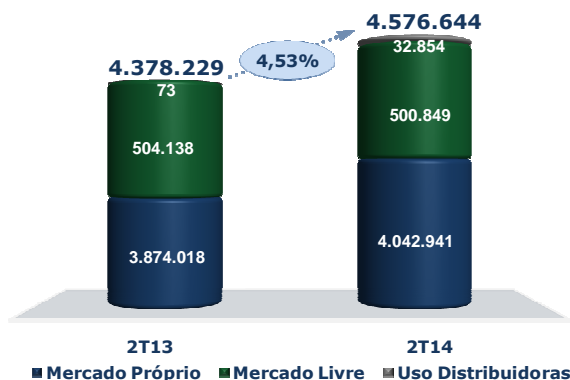
A classe rural apresenta seu desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, tendo registrado um decréscimo de 0,46% no consumo do segundo trimestre. Diante dos níveis de precipitação tanto no Estado da Bahia como nas principais regiões de irrigação (norte e oeste), houve um uso mais intenso de equipamentos de irrigação, em razão da diminuição nos volumes de chuvas registrados principalmente nos meses de maio e junho/14.

Classe	2T14		2T13		Variação Horizontal 2T14 / 2T13 %		Variação Vertical 2T14 %	
	Receita (R\$ mil)	Volume (MWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (MWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)
Residencial	657.808	1.624.870	583.969	1.522.758	12,64%	6,71%	45,65%	40,19%
Industrial	196.029	654.157	160.121	622.841	22,43%	5,03%	13,60%	16,18%
Comercial	353.093	782.250	313.434	751.382	12,65%	4,11%	24,50%	19,35%
Rural	74.711	362.313	64.645	363.985	15,57%	-0,46%	5,18%	8,96%
Poder Público	65.684	172.147	62.265	172.998	5,49%	-0,49%	4,56%	4,26%
Iluminação Pública	44.191	229.356	38.284	222.151	15,43%	3,24%	3,07%	5,67%
Serviço Público	49.541	213.995	42.391	214.044	16,87%	-0,02%	3,44%	5,29%
Subtotal	1.441.057	4.039.088	1.265.109	3.870.159	13,91%	4,36%	100,00%	99,90%
Consumo Próprio	-	3.852	-	3.860	-	-0,21%	-	0,10%
Total	1.441.057	4.042.940	1.265.109	3.874.019	13,91%	4,36%	100,00%	100,00%

2.3. Energia Distribuída em GWh

A energia distribuída que é a soma do que vendemos para o mercado cativo mais o que é distribuído para o mercado livre, mais a energia entregue a outras concessionárias ou permissionárias de distribuição totalizou no 2T14 4.576.644 GWh, apresentando um aumento de 4,53 % em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho



2.4. Balanço Energético - MWh

LEGENDA										Em MWh	
2º Trimestre de 2014		2º Trimestre de 2013									
EILÃO ENERGIA EXISTENTE	%	Contratos								Residencial	
77.565	1,65%	4.708.715								1.624.870	
77.758	1,74%	4.473.361								1.522.758	
ITAPEBI	%	Uso Distribuidoras								Industrial	
468.031	9,94%	32.854								654.157	
468.031	10,46%	73								622.841	
QUOTAS ANGRA	%	Mercado Livre								Comercial	
166.863	3,54%	500.849								782.250	
167.766	3,75%	504.138								751.382	
QUOTAS REPOSIÇÃO	%	Perdas Rede Básica								Rural	
1.992.953	42,32%	109.437								362.313	
2.003.187	44,78%	82.357								363.985	
TERMOPE	%	Deficit								Outros	
141.960	3,01%	-219.050								619.351	
141.960	3,17%	-141.185								613.053	
NC ENERGIA	%										
0	0,00%										
0	0,00%										
AFLUENTE	%										
37.128	0,79%										
37.128	0,83%										
PROINFA	%										
92.020	1,95%										
91.456	2,04%										
MCSD	%										
11.050	0,23%										
10.347	0,23%										
LEILÃO ENERGIA NOVA	%										
1.358.600	28,85%										
1.117.552	24,98%										
TERMOAÇU	%										
362.544	7,70%										
358.176	8,01%										

Comentário do Desempenho

A energia injetada atingiu o patamar de **5.352.031 MWh** no 2T14, um crescimento de 6,27% com relação a igual período de 2013. Do total da energia injetada, 75,54% foi destinada ao consumo regulado, 9,36% para o consumo do mercado livre, 14,49% representam perdas no processo de distribuição e 0,61% Uso das Distribuidoras.

O mercado livre apresentou um leve decréscimo de 0,65% no segundo trimestre de 2014 com relação ao mesmo trimestre de 2013, com um consumo de 500.849 MWh.

No 2T14, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais) apresentaram um crescimento de 1,42 p.p, em relação ao mesmo período do ano anterior.

2.5. Reajuste / Revisão Tarifária

Conforme previsto nos Contratos de Concessão da COELBA, o processo de reajuste e revisão tarifária são determinantes para o entendimento da receita do segmento de distribuição de energia elétrica.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.714 de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 14,86% dos quais 10,76% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,10% aos componentes financeiros pertinentes.



As tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2014 com vigência até 21 de abril de 2015.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 15,35%, conforme tabela a seguir.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	16,04%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	15,00%
Efeito tarifário médio AT+BT	15,35%

2.6. Energia Contratada

No 2T14 a COELBA participou do 13º Leilão de Energia Existente (A-2014), para contratação de energia elétrica.

Coelba	Data	Fonte	Preço	Qt Adquirida MWh	Período
13º Leilão de Energia Existente (A 2014)	30/04/2014	Hidroelétrica	271	654.304	01/03/2014 até 31/12/2019
13º Leilão de Energia Existente (A 2014)	30/04/2014	Termo	262	255.761	01/03/2014 até 31/12/2019

No gráfico a seguir apresentamos a energia contratada para o período de 2014 a 2020 para o mercado da Companhia em 30/06/2014 baseada na expectativa de crescimento.

Comentário do Desempenho

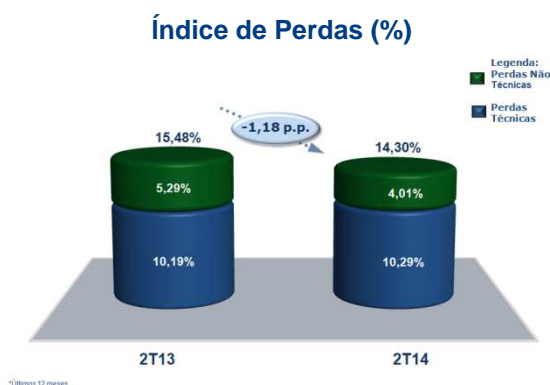
Projeção de Contratação de Energia 2014 a 2020 - GWh



2.7. Índice de Perdas

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades no cadastro de consumidores, medição e instalações de consumo.

As perdas de energia são acompanhadas pela Companhia através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, a seguir estão disponibilizados os índices de perdas da Distribuidora até junho de 2014, comparado o mesmo período do ano anterior:



O índice de perdas globais da Companhia diminuiu 1,18 p.p., em decorrência basicamente da redução das perdas não-técnicas, reflexo das ações de combate às perdas comerciais. O índice de perdas técnicas cresceu em função do aumento de 6,27% da energia injetada no mesmo período do ano anterior.

As principais ações desenvolvidas foram:

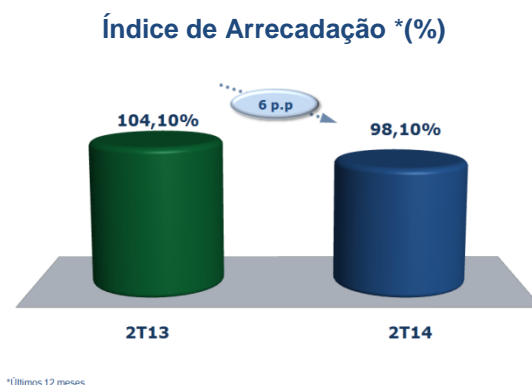
- Realização de inspeções;
- Regularização de consumidores clandestinos com rede (financiamento de padrão), contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto-religados, além da recuperação de créditos;
- Substituição de equipamentos de medição, com equipes de inspeção e de enlace;
- Melhoria da Gestão do Processo de Faturamento;

Comentário do Desempenho

- Operação de blindagem de unidades com consumo relevante (clientes com medição em alta tensão ou com medição indireta) e unidades consumidoras em áreas populares, minimizando a possibilidade de realização de fraudes; e
- Monitoramento e telemedição de unidades consumidoras.

2.8. Arrecadação

O Índice de Arrecadação mede a evolução da arrecadação em função do faturamento vencido até o período acumulados nos últimos 12 meses. Neste sentido, cabe ressaltar a influência direta das ações de cobrança que interferem no comportamento de pagamento das classes de consumo e, conseqüentemente, na composição deste indicador. Segue abaixo o índice do 2T14 e seu comportamento em relação ao ano de 2013:



O desempenho da arrecadação no 2T14 é decorrente da política de cobrança adotada desde 2013, com foco na atuação da dívida de menor risco de recebimento (vencidas até 180 dias), na redução do prazo de parcelamento de 24 para 9 meses (Grupo B) e de 12 para 6 meses (Grupo A), bem como no aumento do volume das operações de cobrança.

O IAR é um indicador muito sensível ao faturamento, o seu desempenho neste trimestre foi impactado prioritariamente pelo reajuste tarifário de aproximadamente 15% em abril de 2014 e, portanto, a partir de maio tivemos índices abaixo do realizado no mesmo período do ano anterior. Além disto, observamos que alguns clientes de alta tensão começaram a ter dificuldades de pagamento neste ano, reflexo do cenário econômico e do mercado industrial atual da Bahia.

Nossa política de cobrança é pautada na atuação em dívida nova para não deixar envelhecer e na restrição e governança da concessão do crédito. Além de mantermos esta política, nosso planejamento, em síntese, para alavancar o resultado do IAR neste ano é baseado em ações e projetos que visam otimizar a geração das carteiras, eficientizar os processos nas Empresas Prestadoras de Serviço, potencializar a recuperação de créditos através das assessorias e realizar campanhas adicionais de negatização.

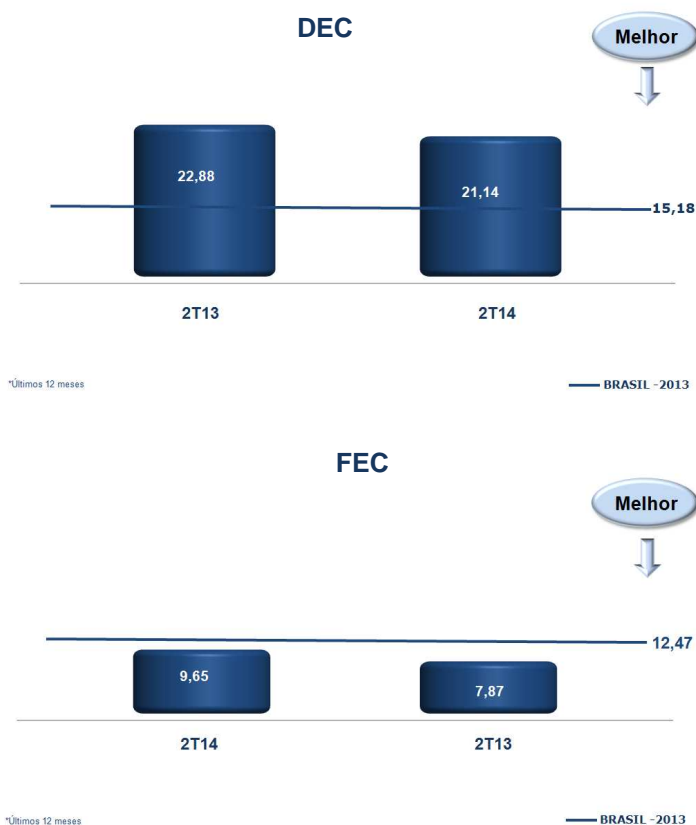
2.9. Indicadores de Qualidade no Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses.

No 2T14 o sistema de distribuição registrou para o indicador DEC o valor igual há 21,14 horas e para o FEC o valor igual a 7,87 interrupções.

Neste trimestre, os Indicadores de Qualidades DEC e FEC evoluíram como reflexo dos investimentos no sistema elétrico e da melhoria das práticas de manutenção.

Comentário do Desempenho



Fontes: ANEEL - DEC e FEC Limite em 2013 - Referência Brasil.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia para atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No acumulado no ano até junho de 2014, foi investido o montante de R\$ 429.870, sendo R\$ 196.462, equivalente a 45,70% com recursos de subvenções.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (principalmente o Programa Luz para Todos).

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensa;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

Comentário do Desempenho

Descrição	Acumulado até 30/06/2014	
	Investimento Total	Subvenções Realizadas
Distribuição	403.277	196.462
Comercialização	802	0
Administração	25.792	0
Total	429.870	196.462

3.1. Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos – EPT, foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003 destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público e foi prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 08 de julho de 2011. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

A resolução ANEEL nº 488, de 05/05/2012, estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural para o período 2011 a 2014.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,6 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, quando o programa começou, até junho de 2014, a distribuidora já realizou 535.500 ligações, encontra-se em execução 51.245.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS	31/06/2014
Ligações executadas até 2009	353.209
Ligações executadas em 2010	75.637
Ligações executadas em 2011	39.888
Ligações executadas em 2012	26.726
Ligações executadas em 2013	34.766
Ligações executadas até 30 Junho 2014	5.274
Total de Ligações Executadas	535.500
Em execução	51.245
Ligações totais	586.745

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Resultado do Trimestre

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	2T14	2T13	R\$ Mil	%
Receita Bruta	1.684.456	1.668.437	16.019	0,96%
Deduções da Receita Bruta	-526.182	-451.889	-74.293	16,44%
Receita Líquida	1.158.274	1.216.548	-58.274	-4,79%
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	-904.839	-894.149	-10.690	1,20%
Resultado Bruto	253.435	322.399	-68.964	-21,39%
Outras Despesas Operacionais	-162.882	-149.744	-13.138	8,77%
Resultado do Serviço (I)	90.553	172.655	-82.102	-47,55%
Amortização / Depreciação	-75.968	-68.954	-7.014	10,17%
EBITDA	166.521	241.609	-89.116	-31,08%
Resultado Financeiro (II)	-64.422	-49.935	-14.487	29,01%
Resultado Operacional (I) + (II)	26.131	122.720	-96.589	-78,71%
IR e CSLL	-6.424	-22.347	15.923	-71,25%
Lucro/Prejuízo antes da reversão dos JSCP	19.707	100.373	-80.666	-80,37%
Lucro do Período	19.707	100.373	-80.666	-80,37%

Comentário do Desempenho

4.1.1. Receita Operacional Líquida

A receita operacional bruta da Companhia alcançou, no 2T14, um incremento de 0,96%, (+R\$ 16.019 milhões) em relação ao 2T13. Esse incremento é, basicamente, o efeito dos seguintes fatores:

- Aumento de 4,36% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (4.042 GWh no 2T14 versus 3.874 GWh no 2T13).
- Aumento da tarifa de energia, através da Resolução Homologatória nº 1.714 de 15 de Abril de 2014, em 14,86% dos quais 10,76% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,10% aos componentes financeiros pertinentes. As tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2014 com vigência até 21 de abril de 2015.
- Aumento de 26,99% (R\$ 50.568 versus R\$ 39.822) na subvenção CDE – Desconto Tarifário (+R\$ 10.746). Este incremento está associado à contabilização integral, no 2T14, da parcela de ajuste (referente à diferença entre os valores previstos e realizados) relativa ao período de fevereiro de 2013 a fevereiro de 2014.
- Redução de 8,14% (-R\$ 80.280) na receita de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida). Esta variação decorre, principalmente, da redução tarifária, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013.
- Redução de 101,64% (-R\$ 223.185) na receita de construção (constituídas por investimentos em infraestrutura líquida de recursos de obrigações especiais), impactada pelo recebimento de recursos de subvenções LPT, no montante de R\$ 170.527, no mês de maio/2014.
- Redução de outras receitas, principalmente na receita de ressarcimento de energia (R\$ 16.374 versus R\$ 41.173) criada para cobertura do custo adicional de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas.

Excluindo-se o efeito da receita de construção - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, no 2T14, alcançou o montante de R\$ 1.688.055 o que representa um incremento de 16,51% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1.448.851 (+R\$ 239.204).

A receita operacional líquida da Companhia no 2T14 apresentou redução de 4,79% em relação ao 2T13, (-R\$ 58.274 milhões). Essa redução é, basicamente, o efeito dos seguintes fatores:

- Aumento de ICMS no montante de R\$ 50.961 (+18,61%), em decorrência, principalmente da:
 - (i) contabilização do ICMS CDE (R\$ 12.119) incidente sobre os consumidores irrigantes, aquicultores, serviços públicos de água, esgoto e saneamento, cooperativas de eletrificação rural, sem contrapartida no período anterior; e
 - (ii) contabilização do ICMS Substituição Tributária (R\$ 8.116), que é um imposto cobrado do consumidor e repassado ao Estado, sem vinculação com a receita, a sua base de cálculo é a energia consumida pelo consumidor livre junto a comercializadora de energia.
- Aumento de 30,26% (-R\$ 19.587 versus -R\$ 15.037) nos encargos setoriais (+R\$ 4.550). O aumento mencionado se deve, principalmente, ao aumento nos encargos do Proinfa estabelecido através da Resolução 1.666 de 10 de dezembro de 2013, da cota mensal da CDE, alterada através da Resolução 1.685 de 11 de fevereiro de 2014 e do Programa de Eficientização Energética – PEE em função da alteração de metodologia de apuração considerando, a partir de junho/2013, na base de cálculo o valor da receita com subsídio baixa renda.

Comentário do Desempenho

4.1.2. Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não Gerenciáveis	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	2T14	2T13	R\$ Mil	%
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-696.078	-427.561	-268.517	62,80%
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-48.103	-102.797	54.694	-53,21%
Sub Total	-744.181	-530.358	-213.823	40,32%
CUSTO DE CONSTRUÇÃO				
Custo de Construção	3.599	-219.586	223.185	-101,64%
Sub Total	3.599	-219.586	223.185	-101,64%
Custos e Despesas Gerenciáveis				
CUSTOS E DESPESAS				
Pessoal e Administradores	-93.740	-67.624	-26.116	38,62%
Material	-3.702	-4.642	940	-20,25%
Serviços de terceiros	-122.502	-118.835	-3.667	3,09%
Amortização	-75.968	-68.954	-7.014	10,17%
Provisões Líquidas - PCLD	-14.314	-18.343	4.029	-21,96%
Provisões Líquidas - Contingências	3.795	1.192	2.603	218,37%
Outros	-19.188	-14.311	-4.877	34,08%
Taxa de Fiscalização – TFSEE	-1.520	-2.432	912	-37,50%
Sub Total	-327.139	-293.949	-33.190	11,29%
Total	-1.067.721	-1.043.893	-23.828	2,28%

Os custos e despesas operacionais no 2T14 alcançaram -R\$ 1.067.721 um incremento de 2,28% em relação ao 2T13, de -R\$ 1.043.893. Essa variação é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Incremento de 40,32% (-R\$ 744.181 versus -R\$ 530.358) nos Custos e Despesas Não Gerenciáveis com energia elétrica e encargos de uso do sistema (-R\$ 213,823), principalmente, por:
 - (i) Aumento de 62,80% (-R\$ 696.078 versus -R\$ 427.561) na energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 268.517);
 - (ii) Redução de 53,21% (-R\$ 48.103 versus -R\$ 102.797) na rubrica encargo de uso/encargo de serviço do sistema de transmissão – ESS (-R\$ 54.694). Esta variação decorre, basicamente, do aumento das despesas com a rede básica, tendo em vista o aumento da demanda de energia observada no 2T14 contra o 2T13 e o reajuste, pela inflação, das Receitas Anuais Permitidas (RAPs) das transmissoras em julho de 2013.

O aumento acima mencionado se deve aos seguintes fatores:

- Incremento de 6,27% no volume de energia comprada (CCEARs e Bilaterais) entre o 2T14 e o 2T13;
- Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA; 75% dos contratos são CCEARs);
- Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada;
- Aumento do custo variável pago às térmicas despachadas dentro da ordem de mérito pelo ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais;
- Maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de descontração involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783/13 e/ou por projetos térmicos postergados ou cancelados;
- Redução na Receita de Construção em R\$ 223.185 (-101,64%) (constituída por investimentos em infraestrutura líquida de recursos de obrigações especiais), impactada pelo recebimento de recursos de subvenções LPT, no montante de R\$ 120.527, no mês de maio/2014.

Comentário do Desempenho

- Aumento de 11,29% (-R\$ 327.139 versus -R\$ 293.949) nos Custos e Despesas Gerenciáveis (+R\$ 33.190), impactado pelas seguintes variações líquidas:
 - Incremento de 38,62% (-R\$ 93.740 versus -R\$ 67.624) na rubrica Pessoal/Administradores/Entidades de Previdência Privada (-R\$ 26.116). O incremento se deve, basicamente, ao reajuste salarial do dissídio coletivo de 6,63% a partir de nov./13, com impacto nas rubricas de remuneração, provisão de 13º, férias e encargos; ao aumento das despesas com plano de saúde decorrente de reajuste por sinistralidade; e ao pagamento da Participação nos Resultados (PLR) e Remuneração Variável (RV)/Encargos em Abril/2014;
 - Incremento de 10,17% (-R\$ 75.968 versus -R\$ 68.954) na rubrica de amortização (-R\$ 7.014). O incremento se deve, basicamente, devido aos investimentos e unitizações (encerramento de obras) ocorridas no período;
 - Incremento de 3,09% (-R\$ 122.502 versus -R\$ 118.835) na rubrica despesa com serviços de terceiros (-R\$ 3.667), devido, principalmente ao reajuste dos serviços e ao aumento no volume de serviços realizados com inspeção, leitura do medidor, entrega de contas, manutenção de linha viva e serviços dos agentes arrecadadores/credenciados;
 - Incremento de 34,08% (-R\$ 19.188 versus -R\$ 14.311) na rubrica outros (-R\$ 4.877), em função, principalmente, do aumento da conta de Tributos, em virtude do recadastramento do IPTU e da conta de Outros Ganhos/Perdas/Alienação/Desativação em virtude de cancelamentos de projetos por inviabilidade técnica principalmente em maio/14 e junho/14;
 - Sendo compensado em parte pela redução da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (R\$ 14.314 versus -R\$ 18.343) em decorrência da política de cobrança adotada com foco na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na redução do prazo de parcelamento, no aumento das inclusões em órgãos restritivos de proteção ao crédito (SPC e SERASA) e no aumento do volume das operações de cobranças através de empresas especializadas.

Segue abaixo a conciliação dos cálculos do EBITDA:

Conciliação EBITDA	Trimestre		Variação %	Acumulado Até		Variação %
	2T14	2T13	1T14/13	30/06/2014	30/06/2013	2013/2014
Lucro líquido	19.707	100.373	-80,37%	108.553	333.093	-67,41%
IR/CSSL	2.254	18.111	-87,55%	11.457	55.236	-79,26%
Amortização de ágio e Reversão PMIPL	4.170	4.236	-1,56%	8.341	8.472	-1,55%
Resultado Financeiro	64.422	49.935	29,01%	106.674	93.440	14,16%
Amortização	75.968	68.954	10,17%	149.340	137.608	8,53%
EBITDA	166.521	241.609	-31,08%	384.365	627.849	-38,78%

4.1.3. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	2T14	2T13	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	7.063	4.966	2.097	42,23%
Juros, comissões e acréscimo moratório	18.807	20.818	-2.011	-9,66%
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	-80.292	-65.345	-14.947	22,87%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	-10.000	-10.374	374	-3,61%
Total	-64.422	-49.935	-14.487	29,01%

O resultado financeiro da COELBA, no 2T14, ficou em -R\$ 64.422, apresentando um aumento de 29,01% (-R\$ 14.487) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta evolução é o efeito líquido, basicamente, das seguintes variações:

- Incremento de encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas) em R\$ 14.947, justificado pelo aumento da despesa com variação monetária e cambial.

Comentário do Desempenho

- Redução na receita financeira do ativo indenizável (-R\$ 14 MM) decorrente basicamente em função da deflação do IGPM (de 0,43% para -0,74%).
- Sendo compensado em parte pelo incremento na renda de aplicações financeiras devido ao aumento da taxa de juros (CDI) vinculada às aplicações (CDI jun/14 10,84% e jun/13 7,72%).

4.1.4. Principais Indicadores

Indicadores Econômicos	Acumulado Até		Variação %
	2T14	2T13	
Receita Operacional Bruta	3.403.863	3.592.057	-5,24%
Receita Operacional Líquida	2.430.065	2.653.590	-8,42%
EBITDA	384.366	627.849	-38,78%
Resultado do Serviço	235.025	490.241	-52,06%
Resultado Financeiro sem JSCP	-106.674	-93.440	14,16%
Lucro Líquido	108.553	333.093	-67,41%
Margem EBITDA (%)	15,82%	23,66%	-7,84 p.p
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	17,13%	29,48%	-12,35 p.p
Margem Operacional (%)	9,67%	18,47%	-8,8 p.p
Margem Líquida (%)	4,47%	12,55%	-8,09 p.p

Indicadores Financeiros	Acumulado Até		Variação %
	jun/14	dez/13	
Ativo Total	7.738.928	7.633.256	1,38%
Dívida Bruta	3.257.653	3.427.795	-4,96%
Patrimônio Líquido	2.600.906	2.492.289	4,36%
Investimentos	429.870	1.040.745	-58,70%
Dívida Total Líquida	3.007.131	2.832.236	6,18%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	3,98	2,85	39,62%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + PL)	0,54	0,53	0,81%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	0,05	-0,05	-203,80%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,34	0,33	2,93%

Indicadores de Produtividade	2T14		2T13		Variação %
Nº de Empregados	2.469		2.517		-1,91%
Nº de Consumidores	5.473.760		5.285.216		3,57%
Consumidores/Empregados	2.217		2.100		5,58%
Custos/Consumidores	-0,11		-0,11		2,43%
Receita Operacional Líquida/Empregados (**)	984		1.054		-6,64%

(*) EBITDA análise dos últimos 12 meses
(**) ROL sem a Receita de Construção

O número de consumidores apresentou um crescimento de 3,57%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados. O índice ROL/Empregados está influenciando negativamente pela redução da receita líquida.

5. ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ R\$ 3.428 mil em 31 de Dezembro de 2013 para R\$ 3.258 mil em 30 de junho de 2014, apresentado redução de R\$ 170 mil equivalente a 4,96%.

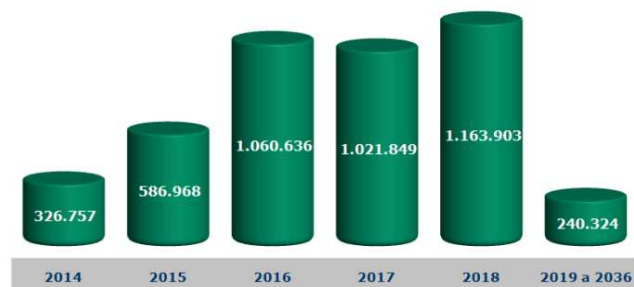
A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou em março de 2014 com R\$ 3.007 mil (R\$ 2.832 mil em dezembro de 2013), 6,18% maior do que a verificada em dezembro de 2013.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 2,85 em dezembro de 2013 para 3,98 em 30 de junho de 2014 devido à redução do Caixa e de Títulos e valores mobiliários e do EBITDA no período.

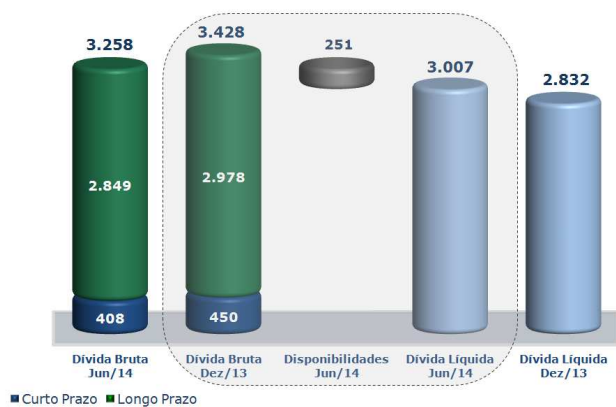
A seguir apresentamos os gráficos referentes ao endividamento da Companhia.

Comentário do Desempenho

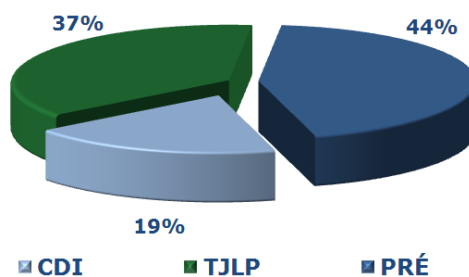
Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ Milhões)



Evolução da Dívida (R\$ Milhões)



Endividamento por Indexador (%)



Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	242.273	573.253
Contas a receber de clientes e outros	4	1.043.658	817.883
Títulos e valores mobiliários	5	5.512	22.094
Impostos e contribuições a recuperar	6	195.550	171.603
Estoques		8.783	12.462
Despesas pagas antecipadamente		22.606	13.494
Entidade de previdência privada		1.751	6.002
Serviços em curso	7	40.329	32.878
Outros ativos circulantes	9	133.685	48.328
TOTAL DO CIRCULANTE		1.694.147	1.697.997
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	69.557	85.999
Títulos e valores mobiliários	5	2.737	213
Impostos e contribuições a recuperar	6	60.057	69.742
Impostos e contribuições diferidos	8	316.447	288.852
Depósitos judiciais	10	215.306	203.955
Entidade de previdência privada		14.983	14.983
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	1.761.166	1.593.886
Outros ativos não circulantes	9	2.390	2.834
Outros investimentos		8.218	8.323
Intangível	12	3.593.920	3.666.472
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.044.781	5.935.259
ATIVO TOTAL		7.738.928	7.633.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	620.084	464.292
Empréstimos e financiamentos	14	368.538	346.583
Debêntures	15	39.649	103.218
Salários e encargos a pagar	16	45.700	50.056
Taxas regulamentares	17	18.856	31.599
Impostos e contribuições a recolher	18	183.965	136.303
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	102.435	114.778
Provisões	20	30.896	33.978
Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		6.307	-
Outros passivos circulantes	21	360.120	385.448
TOTAL DO CIRCULANTE		1.776.550	1.666.255
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	41.702	51.177
Empréstimos e financiamentos	14	2.849.466	2.977.995
Taxas regulamentares	17	16.689	2.736
Impostos e contribuições a recolher	18	3.921	15.860
Provisões	20	183.591	166.689
Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		245.187	242.246
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	21	18.514	15.607
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.361.472	3.474.712
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.230.979	1.230.353
Outros resultados abrangentes		21.161	21.723
Lucros acumulados		108.553	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.600.906	2.492.289
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.738.928	7.633.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de junho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	01/04/2014 a 30/06/14	30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/13	30/06/2013 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	23	1.158.274	2.430.065	1.216.548	2.653.590
CUSTO DO SERVIÇO		(904.839)	(1.889.116)	(894.149)	(1.857.380)
Custo com energia elétrica	24.a)	(744.181)	(1.395.984)	(530.358)	(1.061.583)
Custo de operação	24.b)	(164.257)	(307.238)	(144.205)	(271.836)
Custo de construção	24.b)	3.599	(185.894)	(219.586)	(523.961)
LUCRO BRUTO		253.435	540.949	322.399	796.210
Despesas com vendas	24.b)	(101.336)	(182.822)	(97.106)	(187.754)
Despesas gerais e administrativas	24.b)	(61.546)	(123.102)	(52.638)	(118.215)
LUCRO OPERACIONAL		90.553	235.025	172.655	490.241
Resultado financeiro		(64.422)	(106.674)	(49.935)	(93.440)
Receitas financeiras	25	91.052	383.376	141.808	240.312
Despesas financeiras	25	(155.474)	(490.050)	(191.743)	(333.752)
LUCRO ANTES DO IR/CS		26.131	128.351	122.720	396.801
Imposto de renda e contribuição social		(6.424)	(19.798)	(22.347)	(63.708)
Corrente		(52.102)	(98.182)	(36.301)	(132.290)
Diferido		21.327	35.647	(1.059)	5.433
Imposto de Renda - SUDENE		28.521	51.078	19.249	71.621
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL		(4.170)	(8.341)	(4.236)	(8.472)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		19.707	108.553	100.373	333.093
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,10	0,56	0,52	1,72
Preferencial A		0,10	0,56	0,52	1,72
Preferencial B		0,11	0,62	0,57	1,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 30 de junho
 Em milhares de reais

	01/04/2014 a 30/06/14	30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/13 <u>(Reapresentado)</u>	30/06/2013 <u>(Reapresentado)</u>
Lucro do período	19.707	108.553	100.373	333.093
Outros resultados abrangentes				
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(426)	(849)	27.258	73.826
Tributos	145	289	(6.916)	(18.732)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(281)	(560)	20.342	55.094
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários	<u>19.426</u>	<u>107.993</u>	<u>120.715</u>	<u>388.187</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Reserva de Capital		Reservas de Lucros					Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido	
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Aço	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Outras Reservas de Lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	651.802	108.433	39.266	48.065	875	(76.824)	3.391	2.015.221
Reversão de Dividendos/SCP prescritos									197			197
Aprovação da proposta de dividendos											(3.391)	(3.391)
Transações de Capital com os Sócios									197		(3.391)	(3.194)
Lucro Líquido do Exercício												333.093
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego										55.094		55.094
Resultado Abrangente										55.094		55.094
Saldos em 30 de junho de 2013 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	651.802	108.433	39.266	48.065	1.072	(21.730)		2.400.214
Saldos em 31 de dezembro de 2013	542.163	18.569	339.052	340.429	753.086	108.433	319.682	48.065	1.089	21.721		2.492.289
Reversão de Dividendos/SCP prescritos												624
Transações de Capital com os Sócios									624			624
Lucro Líquido do Período											108.553	108.553
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego										(560)		(560)
Resultado Abrangente										(560)		(560)
Saldos em 30 de junho de 2014	542.163	18.569	339.052	340.429	753.086	108.433	319.682	48.065	1.713	21.161		2.600.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA**

Períodos findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	30/06/14	30/06/13
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(Reapresentado)
Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	128.351	396.801
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização*	153.209	141.662
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	174.016	112.820
Atualização Monetária Ativo Financeiro de Concessão	(31.032)	(16.182)
Perda com baixa do ativo intangível em curso	9.771	9.374
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	13.598	30.360
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.568	18.426
Atualização monetária do Benefício Pós Emprego	13.752	13.250
	463.233	706.511
AUMENTO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(210.901)	273.151
IR e CSLL a Recuperar	(20.785)	(53.810)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	341	4.280
Estoques	3.679	2.405
Depósitos judiciais	(7.369)	(9.654)
Despesas pagas antecipadamente	(9.112)	(8.931)
Entidade de previdência privada	4.251	62.793
Outros ativos	(98.355)	(103.886)
	(338.251)	166.348
REDUÇÃO DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	146.317	(13.028)
Salários e encargos a pagar	(4.356)	42.631
Encargos de dívidas e swap pagos	(126.842)	(119.841)
Taxas regulamentares	1.210	(18.438)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	48.536	(21.704)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(53.737)	(61.517)
Indenizações/contingências pagas	(18.550)	(14.827)
Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(5.358)	(57.928)
Outras passivos	(22.420)	74.871
	(35.200)	(189.781)
	89.782	683.078
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(429.871)	(551.951)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(217.358)	(157.695)
Resgate de títulos e valores mobiliários	231.797	184.089
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(415.432)	(525.557)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	14.803	85.860
Captação de debêntures	-	6.203
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(155.174)	(84.426)
Amortização do principal de debêntures	(62.537)	(139.864)
Obrigações vinculadas	209.294	40.182
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(11.716)	(68.022)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(5.330)	(160.067)
	(330.980)	(2.546)
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes no início do período	573.253	252.479
Caixa e equivalentes no final do período	242.273	249.933
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(330.980)	(2.546)

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	30/06/2014	30/06/2013
		(Reapresentado)
RECEITAS		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	3.403.863	3.592.057
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.489)	(36.566)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(4.142)	(2.747)
	<u>3.382.232</u>	<u>3.552.744</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda*	(1.426.269)	(955.533)
Encargos de uso da rede básica de transmissão*	(111.712)	(239.781)
Materiais, serviços de terceiros e outros*	(447.788)	(783.776)
	<u>(1.985.769)</u>	<u>(1.979.090)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.396.463	1.573.654
Amortização*	(153.209)	(141.661)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.243.254	1.431.993
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	383.376	240.312
	<u>383.376</u>	<u>240.312</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.626.630	1.672.305
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	73.656	65.794
Encargos sociais (exceto INSS)	21.281	17.229
Entidade de previdência privada	7.227	4.845
Auxílio alimentação	8.319	7.855
Convênio assistencial e outros benefícios	836	2.751
Despesas com desligamento	7.815	7.833
Férias e 13º salário	19.125	17.289
Plano de saúde	15.247	4.203
Indenizações trabalhistas	6.212	2.666
Participação no resultado	16.137	12.897
Administradores	2.372	1.218
Encerramento de ordem em curso	583	916
(-) Transferência para ordens	(29.358)	(31.255)
Subtotal	149.452	114.241
Impostos , Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	18.753	16.417
ICMS	616.806	594.196
PIS/COFINS sobre faturamento	171.661	160.276
Imposto de renda e contribuição social	19.798	63.708
Obrigações intra-setoriais	40.635	48.566
Outros	7.917	5.391
Subtotal	875.570	888.554
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	490.050	333.752
Aluguéis*	3.005	2.665
Subtotal	493.055	336.417
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro / Prejuízos	108.553	333.093
Subtotal	108.553	333.093
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	1.626.630	1.672.305

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“COMPANHIA”), sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão n° 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

Em 30 de junho de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$ 82.403. Esse excesso foi decorrente, principalmente, do aumento dos custos com compra de energia derivado da exposição involuntária ao mercado spot e risco hidrológico, bem como pelo atraso no recebimento de repasses governamentais relativos a subsídios homologados pela ANEEL (vide nota 4).

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

A conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 11/08/2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA

2.1. Declaração de conformidade

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos seis meses findos em 30 de junho de 2014 foi elaborada e está apresentada de acordo com CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com IAS 34 – Interim Financial Reporting.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação desta demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

2.2.1 Assuntos Regulatórios

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela CONTA-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente. Define também que deverá ser mantido na CONTA-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

O repasse de CDE referente aos meses de abril e maio de 2014 foram reconhecidos nestas Demonstrações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2014, como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada, de acordo com o CPC 07 / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais nos montantes de R\$ 93.297 e R\$ 85.607, respectivamente (vide nota 9).

2.3. Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013 e o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram ajustados, corrigidos e/ou reclassificados e estão sendo reapresentados.

- a) Correção de erro, em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Em 2013, foram identificados ajustes do exercício de 2012, relacionados à retificação de erros: (i) na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão; (ii) no reconhecimento do passivo atuarial; e (iii) no reconhecimento do diferencial de de energia comercializada proveniente da Eletronuclear.

- b) Reclassificações de saldos para melhor comparabilidade:

- Recursos a receber CDE para outros ativos circulantes;
- Entidade de previdência privada para outros resultados abrangentes;
- Contribuições a pagar decorrente de PERDCOMP's pendentes de homologação de circulante para o não circulante;
- Saldos classificados incorretamente como partes relacionadas para outros passivos circulantes.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 30 de junho de 2013:

Balanco patrimonial de 30 de junho de 2013

ATIVO	Ref.	30/06/2013	Ajustes			Reclassificações	30/06/2013
			Passivo Atuarial Plano de Saúde	Revisão Tarifária	Energia Eletronuclear		
		<u>Divulgado</u>				<u>(Reapresentado)</u>	
CIRCULANTE							
Recursos CDE	(b)	69.647				(69.647)	-
Outros ativos circulantes	(b)	44.663				69.647	114.310
Outros circulantes		1.281.675					1.281.675
CIRCULANTE		1.395.985					1.395.985
NÃO CIRCULANTE							
Impostos e contribuições diferidos	(a)	229.247	99.217	69	15.967		344.500
Partes Relacionadas	(b)	177				(177)	-
Entidade de previdência privada	(b)	20.547				597	21.144
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(a)	1.425.166		(1.675)			1.423.491
Outros ativos não circulantes	(b)	2.897				177	3.074
Intangível	(a)	3.563.078		1.235			3.564.313
Outros não circulantes		389.363					389.363
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.630.475	99.217	(371)	15.967	597	5.745.885
ATIVO TOTAL		7.026.460	99.217	(371)	15.967	597	7.141.870
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	Ref.	30/06/2013	Ajustes			Reclassificações	30/06/2013
			Passivo Atuarial Plano de Saúde	Revisão Tarifária	Energia Eletronuclear		
		<u>Divulgado</u>				<u>(Reapresentado)</u>	
CIRCULANTE							
Fornecedores	(a)	499.177			42.342		541.519
Impostos e contribuições a recolher	(a) / (b)	149.081	46.448		9.432	(9.583)	195.378
Outros passivos circulantes	(b)	214.612				91	214.703
Outros circulantes		901.373					901.373
TOTAL DO CIRCULANTE		1.764.243	46.448	-	51.774	(9.492)	1.852.973
NÃO CIRCULANTE							
Impostos e contribuições a recolher	(b)	5.474				9.583	15.057
Obrigações com benefícios pós-emprego	(a)	1.803	299.045				300.848
Partes Relacionadas	(b)	91				(91)	-
Outros não circulantes		2.572.778					2.572.778
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.580.146	299.045	-	-	9.492	2.888.683
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Reservas de lucros	(a)	1.102.930	(211.322)		(42.967)		848.641
Outros resultados abrangentes	(a) / (b)	1.420	(23.750)			597	(21.733)
Lucro (Prejuízo) Acumulado	(a)	337.508	(11.204)	(371)	7.160		333.093
Outros PL		1.240.213					1.240.213
Total do patrimônio líquido		2.682.071	(246.276)	(371)	(35.807)	597	2.400.214
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.026.460	99.217	(371)	15.967	597	7.141.870

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 30 de junho de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido referente a 30 de junho de 2013

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em 30/06/2013						
Ref.	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	1.102.930	1.420	337.508	2.682.071
Revisão Tarifária	(a)		-		(371)	(371)
Passivo Atuarial Plano de Saúde	(a)		(211.322)	(23.153)	(11.204)	(245.679)
Energia Eletronuclear	(a)		(42.967)		7.160	(35.807)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	<u>542.163</u>	<u>698.050</u>	<u>848.641</u>	<u>(21.733)</u>	<u>333.093</u>	<u>2.400.214</u>

Demonstração do Resultado referente ao período findo em 30 de junho de 2013

Demonstração do Resultado						
30/06/2013						
Ref.	Publicado	Passivo Atuarial Plano de Saúde	Revisão Tarifária	Eletronuclear	CDE / Custo de Energia	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	2.653.590	-	-	-	-	2.653.590
Custo do serviço	(a)	(1.869.568)	-	3.720	8.468	(1.857.380)
LUCRO BRUTO	784.022	-	3.720	8.468	-	796.210
Despesas com vendas		(190.604)	2850			(187.754)
Despesas gerais e administrativas	(a)	(115.731)	-	(2.484)	-	(118.215)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	477.687	2.850	1.236	8.468	-	490.241
Resultado financeiro		(75.665)	(16.100)	-	-	(93.440)
Receita financeira	(a)	241.987	(1.675)			240.312
Despesa financeira	(a)	(317.652)	(16.100)			(333.752)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	402.022	(13.250)	(439)	8.468	-	396.801
Imposto de renda e contribuição social	(64.514)	2.046	68	(1.308)	-	(63.708)
Corrente		(132.290)				(132.290)
Diferido	(a)	4.627	2.046	68	(1.308)	5.433
Incentivo SUDENE		71.621				71.621
Amortização do ágio fiscal e reversão PMIPL		(8.472)				(8.472)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>337.508</u>	<u>(11.204)</u>	<u>(371)</u>	<u>7.160</u>	<u>-</u>	<u>333.093</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Demonstração do Resultado					
	01/04/2013 a 30/06/2013					
	Publicado	Passivo Atuarial Plano de Saúde	Revisão Tarifária	Eletro nuclear	CDE / Custo de Energia	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	(a) 1.215.097	-	-	-	1.451	1.216.548
Custo do serviço	(a) (870.773)	-	1.860	4.234	(29.470)	(894.149)
LUCRO BRUTO	344.324	-	1.860	4.234	(28.019)	322.399
Despesas com vendas	(98.531)	1.425	-	-	-	(97.106)
Despesas gerais e administrativas	(a) (51.396)	-	(1.242)	-	-	(52.638)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	194.397	1.425	618	4.234	(28.019)	172.655
Resultado financeiro	(41.047)	(8.050)	(838)	-	-	(49.935)
Receita financeira	(a) 142.646	-	(838)	-	-	141.808
Despesa financeira	(a) (183.693)	(8.050)	-	-	-	(191.743)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	153.350	(6.625)	(220)	4.234	(28.019)	122.720
Imposto de renda e contribuição social	(27.077)	1.023	36	(654)	4.325	(22.347)
Corrente	(36.301)	-	-	-	-	(36.301)
Diferido	(a) (5.789)	1.023	36	(654)	4.325	(1.059)
Incentivo SUDENE	19.249	-	-	-	-	19.249
Amortização do ágio fiscal e reversão PMIPL	(4.236)	-	-	-	-	(4.236)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	126.273	(5.602)	(184)	3.580	(23.694)	100.373

Os saldos a seguir referentes ao Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013 foram reclassificados para fins de comparação, conforme segue:

	31/12/2013		
	Divulgado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante			
Outros ativos circulantes	42.267	6.061	48.328
Ativo Não Circulante			
Partes Relacionadas	310	310	-
Outros ativos não circulantes	2.524	(310)	2.834
Passivo Circulante			
Fornecedores	500.450	36.158	464.292
Outros passivos circulantes	343.135	(42.313)	385.448
Passivo Não Circulante			
Partes Relacionadas	94	94	-

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/14	31/12/13
Caixa e Depósitos bancários à vista	24.609	40.314
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8.170	6.622
Letras Financeiras do Tesouro	81.510	-
Fundos de Investimento	127.984	526.317
	<u>242.273</u>	<u>573.253</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As Aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras em 30 de junho de 2014 é constituída por:

- Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos com maior rentabilidade e menor nível de risco, tais como: Operações Compromissadas, Títulos Públicos, CDB's e Cotas de Fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia;
- Certificados de Depósito Bancário - CDB's pós-fixados, remunerados a percentuais que variam de 90% a 100,88%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP); e
- LFT composto por títulos pós-fixado cuja rentabilidade segue a variação da Taxa Selic diária, registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra. O valor de mercado da LFT apresenta baixa volatilidade, evitando perdas no caso de venda antecipada.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	30/06/14	31/12/13
Consumidores	(a)	1.165.024	1.041.899
Terceiros		1.164.987	1.041.880
Partes relacionadas		37	19
Títulos a receber		6.479	1.995
Terceiros		6.479	1.995
Comercialização de energia na CCEE	(b)	14.829	14.829
Disponibilização do sistema de distribuição		17.764	14.442
Terceiros		17.197	14.151
Partes relacionadas		567	291
Serviços prestados a terceiros		10.955	11.491
Serviços taxados e administrativos		9.146	10.279
Subvenções	(c)	171.074	84.105
Outros créditos		30.728	36.058
Terceiros		30.728	36.058
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(312.784)	(311.216)
Total		1.113.215	903.882
Circulante		1.043.658	817.883
Não circulante		69.557	85.999

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/14	31/12/13	30/06/14	31/12/13
Setor privado							
Residencial	184.191	124.534	192.948	501.673	462.423	(192.948)	(191.606)
Industrial	76.139	9.626	13.445	99.210	84.735	(11.701)	(12.232)
Comercial, serviços e outras	109.580	33.296	40.198	183.074	166.229	(40.198)	(38.133)
Rural	34.046	10.533	23.753	68.332	59.062	(21.788)	(21.831)
	403.956	177.989	270.344	852.289	772.449	(266.635)	(263.802)
Setor público							
Poder público							
Federal	4.056	2.078	1.285	7.419	7.819	(700)	(652)
Estadual	6.887	2.962	1.326	11.175	11.830	(669)	(495)
Municipal	11.847	7.339	1.994	21.180	19.867	(1.420)	(896)
	22.790	12.379	4.605	39.774	39.516	(2.789)	(2.043)
Iluminação pública	27.378	8.471	2.189	38.038	36.009	(949)	(36)
Serviço público	34.132	3.304	1.976	39.412	38.042	(1.467)	(102)
Fornecimento não faturado	195.511	-	-	195.511	155.883	-	-
Total	683.767	202.143	279.114	1.165.024	1.041.899	(271.840)	(265.983)
Circulante				1.101.219	962.070	(271.840)	(265.983)
Não circulante				63.805	79.829	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

O saldo a receber em 30 de junho de 2014 é de R\$ 14.829 (R\$ 14.829 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Subvenções/Subsídios Governamentais

(c.1) O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 30 de junho de 2014 é de R\$ 52.326 (R\$ 45.969 em 31 de dezembro de 2013) referente aos meses de maio e junho de 2014.

(c.2) O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 15 de abril de 2014, foi emitida a resolução homologatória nº 1.714/2014 aprovando o valor mensal de R\$ 19.123 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2014 a fevereiro de 2015.

O saldo a receber em 30 de junho de 2014 é de R\$ 118.748 (R\$ 38.136 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 28.925 referente ao período tarifário anterior e R\$ 89.824 referente aos meses de janeiro a junho de 2014.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(265.983)	(1.443)	(14.829)	(28.961)	(311.216)
Adições	(69.686)	(162)	-	1.495	(68.353)
Reversões	47.909	74	-	2.882	50.865
Baixados a reserva	15.920	-	-	-	15.920
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>(271.840)</u>	<u>(1.531)</u>	<u>(14.829)</u>	<u>(24.584)</u>	<u>(312.784)</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/14	31/12/13
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	2.984	4.732
Banco Itaú	(a)	Títulos Públicos	jul-14	CDIC	802	766
Banco Nordeste do Brasil	(c)	CDB	jul-16	CDI	-	11.661
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	10	5
Bradesco	(a)	LFT	set-14	CDI	31	867
Bradesco	(a)	CDB	abr-14	CDI	-	11
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	dez-14 / jan-15 / fev-15 / fev -17	CDI	1.643	1.614
Votorantim	(a)	CDB	jan-15	CDI	<u>2.779</u>	<u>2.651</u>
Total					<u>8.249</u>	<u>22.307</u>
Circulante					5.512	22.094
Não circulante					2.737	213

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

(c) Carteira própria - Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	22.307
Aplicações	217.358
Resgates	(231.797)
Remuneração	381
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>8.249</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/06/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	33.650	42.923
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	44.420	20.544
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	56.374	50.338
Programa de integração social - PIS	(c)	44.546	43.973
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	14.510	11.911
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		2.025	1.849
Outros		25	65
		<u>195.550</u>	<u>171.603</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	57.644	67.329
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.413	2.413
		<u>60.057</u>	<u>69.742</u>
Total		<u>255.607</u>	<u>241.345</u>

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e foi apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 105.104 (R\$ 117.023 em 31 de dezembro de 2013).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 8.914 (R\$ 643 em 31 de dezembro de 2013).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente de:

c.1) Regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, nos montantes de R\$ 17.674 em 30 de junho de 2014 e R\$ 14.503 em 31 de dezembro de 2013;

c.2) Decisão favorável à Companhia para o Mandato de Segurança impetrado em 1998 com relação ao PIS recolhido à maior, em razão da majoração realizada pelos Decretos nos. 2.445 e 2.249, no período de setembro/88 a outubro/95, quanto à semestralidade da base de cálculo. O reconhecimento do crédito no montante de R\$ 41.382 ocorreu após a emissão do trânsito em julgado, em 29/10/2013. A Companhia entrou com o pedido de compensação junto à Receita Federal, que foi homologado em julho/2014. Este valor será compensado nos próximos pagamentos de impostos federais.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 20 – Provisões.

7. SERVIÇOS EM CURSO

	30/06/14	31/12/13
Serviço próprio	6.310	6.900
Serviços prestados a terceiros	34.019	25.978
Total	<u>40.329</u>	<u>32.878</u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que é utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos são transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 21 – Outros Passivos).

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	30/06/14	31/12/13
Imposto de renda e contribuição social	(a)	151.369	115.433
Diferido ativo		273.408	211.130
Diferido passivo		(122.039)	(95.697)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	165.078	173.419
Total		<u>316.447</u>	<u>288.852</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo			
	30/06/14		31/12/13	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	402.412	100.662	327.609	81.962
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	563.411	50.707	371.900	33.471
Total		151.369		115.433

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/06/14		31/12/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43.644	43.644	36.701	36.701
Provisão para passivo atuarial	252.294	252.294	241.116	241.116
Provisão contencioso	197.007	197.007	183.188	183.188
Provisão PLR	5.156	5.156	14.428	14.428
Incentivo fiscal Sudene	-	-	25.781	-
Ajustes Base Regulatória	(69.432)	-	(69.432)	-
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	48.904	48.904	28.598	28.598
Perda CCEE	17.093	17.093	17.093	17.093
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	1.251	1.251	1.251	1.251
Ativos e passivos regulatórios	280.552	280.552	112.113	112.113
Outros	9.860	9.860	19.078	19.078
Total Ativo	786.329	855.761	609.915	653.566
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Valor justo de derivativos financeiros	(14.394)	(14.394)	(22.000)	(22.000)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(185.662)	(185.024)	(154.632)	(153.991)
Ajuste da quota anual de amortização	(5.791)	(5.791)	(13.944)	(13.944)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(64.704)	(64.704)	(63.536)	(63.536)
Déficit plano previdenciário	121	121	(237)	(237)
Superávit plano previdenciário	(16.619)	(16.619)	(20.869)	(20.869)
Custo de captação	(5.939)	(5.939)	(7.088)	(7.089)
Outros	(90.929)	-	-	-
Total Passivo	(383.917)	(292.350)	(282.306)	(281.666)
Total Líquido	402.412	563.411	327.609	371.900

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2014 e 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Lei nº. 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014, de forma independente e irrevogável, na entrega da DCTF referente ao mês de agosto/2014.

A Companhia está avaliando seus processos a fim de concluir pela adoção antecipada das novas regras em 2014 e até a aprovação destas demonstrações contábeis intermediárias não possui expectativas de que tal conclusão irá gerar impactos relevantes nas suas demonstrações contábeis.

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

9. OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/06/14	31/12/13
Adiantamentos a empregados		5.069	1.537
Adiantamentos a fornecedores	(a)	25.372	18.808
Serviços prestados a terceiros		1.059	3.621
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	11.296	13.667
Cobrança extra judicial		465	770
Uso mútuo de postes		2.076	6.106
Sub-rogação CCC		1.227	1.457
Recursos CCEE - ACR / Eletrobrás CDE	(c)	85.608	-
Outros créditos a receber		3.903	5.196
Total		<u>136.075</u>	<u>51.162</u>
Circulante		133.685	48.328
Não circulante		2.390	2.834

- (a) Valores concedidos antecipadamente aos fornecedores, contra prestação futura de um serviço ou entrega de material.
- (b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.
- (c) Refere-se aos ativos financeiros registrados em decorrência do Decreto 8.221/14 (Conta-ACR), o montante contabilizado a receber pela Companhia através da Conta - ACR relativo ao período de maio/14.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Ref.	30/06/14	31/12/13
Trabalhistas		121.165	115.230
Cíveis		65.870	62.227
Fiscais:		22.363	21.576
PIS / COFINS		2.277	2.220
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	8.869	8.508
Impostos municipais	(b)	2.160	2.373
ICMS	(c)	6.482	6.258
INSS		711	694
Outros		1.864	1.523
Outros		5.908	4.922
Total		215.306	203.955

- (a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- (b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes a substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- (c) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infra-estrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível (Vide nota 12) e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Lei 12.783/2013, dentre outras deliberações, estabeleceu que o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 30 de junho de 2014 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2013		1.593.886
Baixas		(407)
Transferências	(a)	136.655
Atualização monetária / valor justo		<u>31.032</u>
Saldo em 30 de junho de 2014		<u><u>1.761.166</u></u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

O Ativo financeiro da concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 23) e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subseqüentes (conforme valor novo de reposição) é registrada como contrapartida na conta de receita ou despesa financeira no resultado do período.

12. INTANGÍVEL

O ativo intangível é constituído pela parcela da infra-estrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, composta pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

No segundo trimestre de 2014, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, no montante de R\$ 11.530 (R\$ 9.203 no segundo trimestre de 2013), cuja taxa média de capitalização foi de 0,72% no período.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/06/2014				31/12/13	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,95%	7.848.937	(3.526.924)	(1.538.493)	2.783.520	2.773.815
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.106.197	-	(295.797)	810.400	892.657
Total		8.955.134	(3.526.924)	(1.834.290)	3.593.920	3.666.472

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.662.069	(3.353.642)	(1.534.612)	2.773.815	1.075.720	(183.063)	892.657	3.666.472
Adições	-	-	-	-	429.870	(209.294)	220.576	220.576
Baixas	(32.293)	27.833	-	(4.460)	(4.904)	-	(4.904)	(9.364)
Amortizações	-	(201.115)	49.462	(151.653)	-	-	-	(151.653)
Transferências - Intangíveis	209.068	-	(58.054)	151.014	(209.068)	58.054	(151.014)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	236	-	-	236	(184.434)	47.543	(136.891)	(136.655)
Transferências - Outros (b)	9.857	-	4.711	14.568	(987)	(9.037)	(10.024)	4.544
Saldo em 30 de junho de 2014	7.848.937	(3.526.924)	(1.538.493)	2.783.520	1.106.197	(295.797)	810.400	3.593.920

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período e transferência entre ativo intangível em serviço/financeiro de bens em decorrência de retificação de atributos técnicos.

(b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos.

13. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fornecedores	30/06/14	31/12/13
Energia elétrica:	477.175	351.565
Terceiros	393.071	263.627
Partes relacionadas	84.104	87.938
Encargos de uso da rede	13.776	13.953
Terceiros	11.891	12.034
Partes relacionadas	1.885	1.919
Materiais e serviços	139.925	120.357
Terceiros	139.522	119.937
Partes relacionadas	403	420
Energia livre	30.910	29.594
Total	661.786	515.469
Circulante	620.084	464.292
Não circulante	41.702	51.177

Os montantes classificados no não circulante referem-se basicamente a:

- Valores remanescentes de energia livre no montante R\$ 30.910, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida; e
- O valor de R\$ 10.792 refere-se ao reconhecimento do diferencial de energia da Eletronuclear, resultado da Lei nº 12.111/2009, que alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear e estabeleceu que o pagamento à da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras. A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletronuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
			Circulante	Circulante	Não circulante	30/06/14	31/12/13	
Moeda nacional								
BNB			1.157	65.864	172.693	239.714	272.858	
(-) Custos de transação		10,41% a.a. a 13,20% a.a.	-	(615)	(774)	(1.389)	(1.766)	
			1.157	65.249	171.919	238.325	271.092	
BNDES FINEM	(a.1)	TJLP+ 5,38% a.a. / 8,06% a.a.	2.455	184.530	702.880	889.865	978.067	
(-) Custos de transação			-	(62)	(169)	(231)	(268)	
			2.455	184.468	702.711	889.634	977.799	
Eletrobrás			-	27.302	125.626	152.928	166.290	
(-) Custos de transação		5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	(237)	(864)	(1.101)	(1.231)	
			-	27.065	124.762	151.827	165.059	
FINEP	(a.2)	5,02% a.a. a 5,41% a.a.	113	13.984	41.632	55.729	51.259	
(-) Custos de transação			-	(142)	(193)	(335)	(304)	
			113	13.842	41.439	55.394	50.955	
Banco do Brasil			2.102	-	400.000	402.102	400.744	
(-) Custos de transação		108% do CDI e 14,03% a.a.	-	(631)	(1.807)	(2.438)	(2.710)	
Operações com swap			-	-	-	-	-	
			2.102	(631)	398.193	399.664	398.034	
BONDS BRL			8.225	-	400.000	408.225	408.225	
(-) Custos de transação		9,97% a.a. a 15,93% a.a.	-	(865)	(714)	(1.579)	(2.011)	
			8.225	(865)	399.286	406.646	406.214	
Total moeda nacional			14.052	289.128	1.838.310	2.141.490	2.269.153	
Moeda estrangeira								
Títulos Externos		Libor 6M + 1,5% a.a	-	6.220	327.803	334.023	351.107	
Operações com swap		103,27%, 100,40%, 102,87%, 102,60% do CDI	-	(23.878)	(9.789)	(33.667)	(69.961)	
			-	(17.658)	318.014	300.356	281.146	
BANK OF AMERICA		Libor 3M + 1,7% a.a.	342	8.847	454.756	463.945	487.935	
Operações com swap		CDI + 0,552% a.a., CDI + 0,60% a.a., CDI + 0,61% a.a. e 106% do	-	34.669	(66.139)	(31.470)	(57.507)	
			342	43.516	388.617	432.475	430.428	
Banco Tokio		Libor 3M + 0,8% a.a.	44	1.146	105.902	107.092	112.148	
Operações com swap		CDI + 0,60% a.a.	-	9.415	(13.167)	(3.752)	(9.099)	
			44	10.561	92.735	103.340	103.049	
CITIBANK		Libor 3M + 0,970% a.a.	194	2.505	207.433	210.132	220.080	
		104,5% do CDI	-	20.141	(7.120)	13.021	1.973	
			194	22.646	200.313	223.153	222.053	
JP MORGAN		2,94% a.a.	62	1.540	51.930	53.532	55.592	
		105% do CDI	-	4.111	(565)	3.546	1.297	
			62	5.651	51.365	57.078	56.889	
Total moeda estrangeira			642	64.716	1.051.044	1.116.402	1.093.565	
(-) Garantias depósitos vinculados			-	-	(39.888)	(39.888)	(38.140)	
Total			14.694	353.844	2.849.466	3.218.004	3.324.578	

(a) Captações e renegociações de recursos no período

(a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R\$ 4.250 para financiamento de investimentos realizados em 2013, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.02.94.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013.

27

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Companhia recebeu R\$ 10.553 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em fevereiro de 2012.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os empréstimos em moeda estrangeira com base na Lei 4.131: Títulos Externos, Bank of América, N.A. 2012, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012, Citibank N.A. 2013, Bank of América, N.A. 2013, JP Morgan, N.A. 2013 contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- Títulos Externos, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012, Citibank N.A. 2013 e JP Morgan, N.A. 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2;
- Bank of América, N.A. 2012 e 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor que 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior que 2.

Nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante em 30 de junho de 2014 são os seguintes:

	30/06/14			31/12/13		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2015	173.228	(1.218)	172.010	286.707	(2.432)	284.275
2016	808.147	(1.656)	806.491	805.432	(1.633)	803.799
2017	807.120	(902)	806.218	811.366	(887)	810.479
2018	892.501	(449)	892.052	908.109	(443)	907.666
2019	78.587	(124)	78.463	77.692	(124)	77.568
Após 2019	134.292	(172)	134.120	132.520	(172)	132.348
Total obrigações	<u>2.893.875</u>	<u>(4.521)</u>	<u>2.889.354</u>	<u>3.021.826</u>	<u>(5.691)</u>	<u>3.016.135</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			(39.888)			(38.140)
Total			<u>2.849.466</u>			<u>2.977.995</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos no período é a seguinte:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	299.473	1.931.540	47.110	1.046.455	3.324.578
Ingressos	-	14.803	-	-	14.803
Encargos	92.980	-	10.639	-	103.619
Varição monetária e cambial	-	-	(156)	(74.589)	(74.745)
Swap	-	-	58.674	60.714	119.388
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(10.725)	18.277	7.552
Transferências	146.068	(146.068)	(187)	187	-
Amortizações e pagamentos de juros	(236.663)	-	(39.997)	-	(276.660)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(1.748)	-	-	(1.748)
(-) Custos de transação	1.322	(105)	-	-	1.217
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>303.180</u>	<u>1.798.422</u>	<u>65.358</u>	<u>1.051.044</u>	<u>3.218.004</u>

15. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	30/06/14		31/12/13
						Encargos	Principal	Total
						Circulante	Circulante	Total
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		-	-	-
Operações com swap					IGPM+13,95	-	-	-
						-	-	-
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	10,94%		323	39.356	39.679
(-) Custos de transação						-	(30)	(30)
						323	39.326	39.649
Total						<u>323</u>	<u>39.326</u>	<u>39.649</u>
								<u>103.218</u>

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura da 6ª emissão de debêntures da Companhia prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 30 de junho de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mutação das debêntures é a seguinte:

	<u>Moeda nacional</u>
	<u>Passivo</u>
	<u>circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	103.218
Encargos	3.883
Variação monetária e cambial	221
Swap	105
Efeito cumulativo marcação a mercado	53
Amortizações e pagamentos de juros	(67.893)
(-) Custos de transação	62
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>39.649</u>

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>30/06/14</u>	<u>31/12/13</u>
Salários	37	4.087
Encargos sociais	9.782	7.687
Provisões férias e 13º salário	26.540	21.092
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.782	2.601
Provisão PLR	7.386	14.427
Outros	173	162
Total	<u>45.700</u>	<u>50.056</u>

- a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação até 30 de junho de 2014 é de R\$ 7.386 (R\$ 14.427 em 31 de dezembro de 2013).

17. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>30/06/14</u>	<u>31/12/13</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		1.611	877
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.757	1.610
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	24.305	24.862
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	7.090	5.886
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		507	810
Ministério de Minas e Energia - MME		275	290
Total		<u>35.545</u>	<u>34.335</u>
Circulante		18.856	31.599
Não circulante		16.689	2.736

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs 300/2008, 316/2008, 504/2012 e 556/2013.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/06/14	31/12/13
Circulante		
Imposto de renda - IR	25.602	57.160
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	26.686	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	47.886	37.092
Programa de integração social - PIS	8.683	4.602
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	40.262	21.205
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.301	3.135
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.118	1.011
Imposto sobre serviços - ISS	458	615
Impostos e contribuições retidos na fonte	11.242	9.742
Outros	18.727	1.741
	<u>183.965</u>	<u>136.303</u>
Não circulante		
Imposto de renda - IR	-	1.378
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	3.848	5.245
Programa de integração social - PIS	-	2.018
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	7.146
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	73	73
	<u>3.921</u>	<u>15.860</u>
Total	<u>187.886</u>	<u>152.163</u>

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 30 de junho de 2014, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	114.778
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Pagos no período	(11.716)
Prescritos	(627)
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>102.435</u>

Notas ExplicativasCOMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 30.896, classificada no passivo circulante (R\$ 33.978 em 31 de dezembro de 2013) e R\$ 183.591 no não circulante (R\$ 166.689 em 31 de dezembro de 2013) estão compostas como segue:

	Contingências				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	109.862	57.214	11.376	22.215	200.667
Constituição	10.787	13.096	879	-	24.762
Baixas/reversão	(16.003)	(13.598)	(115)	-	(29.716)
Atualização	9.701	6.005	902	2.166	18.774
Saldo em 30 de junho de 2014	114.347	62.717	13.042	24.381	214.487

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				30/06/14	31/12/13
Ex-empregados da Companhia	74.562	1ª, 2ª e 3ª	Provável	74.562	66.686
	181.016	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	76.706	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	31.916	1ª, 2ª e 3ª	Provável	31.916	34.613
	216.056	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	57.958	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	7.869	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.869	8.563
	23.521	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	8.222	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	677.826			114.347	109.862

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Cíveis	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		30/06/14	31/12/13
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	12.671	1ª, 2ª e 3ª	Provável	12.671	11.991
Indenização por perdas	(b)	42.626	1ª, 2ª e 3ª	Provável	42.626	42.586
		779.342	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		13.979	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		3.765	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.765	-
		18.428	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.904	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(c)	340	1ª, 2ª e 3ª	Provável	340	300
		41.522	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		19.954	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(c)	3.108	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.108	2.157
		68.680	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.742	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(c)	207	1ª, 2ª e 3ª	Provável	207	180
		29.077	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.420	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>1.040.765</u>			<u>62.717</u>	<u>57.214</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

- (a) Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27/01 e de 04/03, ambas de 1986, pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (b) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.
- (c) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, e o valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/06/14	31/12/13
ICMS	(a)	168.011	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(b)	2.365	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.365	2.293
		20.396	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		5.336	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	12.208	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(d)	5	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5	4
		2.364	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
REFIS	(e)	19.971	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(f)	27.691	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(g)	12.230	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		19.456	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(h)	469.589	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(i)	3.613	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.613	3.499
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(j)	5.762	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CIDE	(k)	6.085	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		1.884	Administrativa	Possível	-	-
		1.522	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(l)	5.415	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras		7.059	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.059	5.580
		238	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		409	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>792.235</u>			<u>13.042</u>	<u>11.376</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS

(a.1) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.3) Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA aplicando multa por erro na aplicação da alíquota cabível nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, e em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis. A Coelba está elaborando defesa administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(b) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(c) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis aos contribuintes.

(d) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(e) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f) PIS/COFINS

(f.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desses processos foi classificada como possível.

(g) COFINS

(g.1) Auto de infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(h) IRPJ / CSLL / IRRF

(h.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

(h.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(i) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(j) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(k) CIDE - Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(l) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

Regulatórias

Contingência Regulatórias	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		30/06/14	31/12/13
Auto de Infração ANEEL	(a)	24.381	1ª, 2ª e 3ª	Provável	24.381	22.215
	(b) / (c)	52.357	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>76.738</u>			<u>24.381</u>	<u>22.215</u>

- (a)** Auto de infração referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. A Companhia impetrou em 03/09/2012 com recurso administrativo na ANEEL. Em Janeiro de 2013, foi emitido Juízo de Reconsideração por meio do qual a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE decidiu manter as penalidades de advertência e de multa. O processo encontra-se na Assessoria da Diretoria da ANEEL, desde Maio de 2013.
- (b)** Auto de infração referente à fiscalização técnica e comercial realizada pela ANEEL em 2009, abordando, principalmente, ressarcimento aos consumidores que alegaram danos elétricos a equipamentos elétricos por oscilações no sistema de distribuição e operação e manutenção do sistema de distribuição. O processo já foi julgado pela ANEEL, a COELBA recorreu ao âmbito judicial e aguarda julgamento final.
- (c)** Auto de infração referente à fiscalização técnica realizada pela ANEEL em 2012, abordando, principalmente, operação e manutenção no sistema de distribuição. A Companhia impetrou, em 09/09/2013, recurso administrativo na ANEEL, juntamente com Pedido de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC.

21. OUTROS PASSIVOS

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref	30/06/14	31/12/13
Consumidores	(a)	35.552	40.049
Plano de saúde		7.573	4.347
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		2.781	2.550
Convênios		176	243
Caução em garantia	(b)	103.894	103.166
Adiantamentos recebidos	(c)	23.424	194.954
Fatura Cartão de Crédito	(d)	188.933	36.158
Devolução CDE		-	6.061
Outras		16.301	13.527
Total		378.634	401.055
Circulante		360.120	385.448
Não circulante		18.514	15.607

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 7 – Serviços em Curso).
- (d) Pagamentos diversos efetuados via cartão de crédito, liquidados na data de vencimento da obrigação.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital Social

O Capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2014 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	98.122.083	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.890	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.725	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.144	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	282.702.413	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.245	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.728	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.680	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apurou no trimestre findo em 30 de junho de 2014 o valor de R\$ 47.168 (R\$ 71.621 em 30 de junho de 2013) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, decorrente da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

23. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos	
		30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Fornecimento de energia	(a)	747.979	403.288	1.394.248	980.048
Receita de distribuição		640.336	304.557	1.190.349	757.599
Remuneração financeira wacc		107.643	98.731	203.899	222.449
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(b)	905.858	986.138	1.714.250	2.002.573
Receita de distribuição		903.332	983.667	1.709.404	1.996.643
Remuneração financeira wacc		2.526	2.471	4.846	5.930
Receita de construção da infraestrutura da concessão		(3.599)	219.586	185.893	523.961
Outras receitas	(c)	34.218	59.423	109.472	85.473
Total receita bruta		1.684.456	1.668.437	3.403.863	3.592.057
(-) Deduções da receita bruta	(d)	(526.182)	(451.889)	(973.798)	(938.467)
Total receita operacional líquida		1.158.274	1.216.548	2.430.065	2.653.590

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Período acumulado de seis meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Consumidores:						
Residencial	4.798.176	4.549.009	3.315.173	3.088.210	1.274.106	1.284.567
Industrial	18.224	19.427	1.312.152	1.248.754	366.983	335.214
Comercial	333.391	319.622	1.598.430	1.530.137	679.105	680.544
Rural	207.966	203.744	694.773	712.293	133.621	133.679
Poder público	47.227	46.218	340.261	340.577	123.791	131.227
Iluminação pública	16.366	16.250	449.072	424.369	81.538	76.761
Serviço público	10.513	9.808	435.695	425.527	94.045	88.873
Consumo próprio	428	424	7.817	7.854	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	39.630	(42.387)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1) -	-	-	-	(1.639.859)	(1.925.311)
	<u>5.432.291</u>	<u>5.164.502</u>	<u>8.153.373</u>	<u>7.777.721</u>	<u>1.152.960</u>	<u>763.167</u>
Subvenções	-	-	-	-	241.288	216.881
Total	<u>5.432.291</u>	<u>5.164.502</u>	<u>8.153.373</u>	<u>7.777.721</u>	<u>1.394.248</u>	<u>980.048</u>

Ref.	Período de três meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Consumidores:						
Residencial	4.798.176	4.549.009	1.624.870	1.522.758	657.808	583.969
Industrial	18.224	19.427	654.157	622.841	196.029	160.121
Comercial	333.391	319.622	782.250	751.382	353.093	313.434
Rural	207.966	203.744	362.313	363.985	74.711	64.645
Poder público	47.227	46.218	172.147	172.998	65.684	62.265
Iluminação pública	16.366	16.250	229.356	222.151	44.191	38.284
Serviço público	10.513	9.808	213.995	214.044	49.541	42.391
Consumo próprio	428	424	3.852	3.860	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	44.915	(19.922)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1) -	-	-	-	(864.682)	(952.214)
	<u>5.432.291</u>	<u>5.164.502</u>	<u>4.042.940</u>	<u>3.874.019</u>	<u>621.290</u>	<u>292.973</u>
Subvenções	-	-	-	-	126.689	110.315
Total	<u>5.432.291</u>	<u>5.164.502</u>	<u>4.042.940</u>	<u>3.874.019</u>	<u>747.979</u>	<u>403.288</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “tUSD média” calculada a partir da tUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não revisadas

A ANEEL, através da Resolução Homologatória n° 1.714 de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 14,86%, dos quais 10,76% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,10% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 15,35%*.

Notas ExplicativasCOMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Revisão Tarifária	Ref.	
Receita Verificada (RV)	(1)	4.204.166
Encargos Setoriais		277.253
Compra de Energia Elétrica		2.311.901
Transporte de Energia		155.307
Parcela A		2.744.460
Parcela B (com ajustes 2º CRTP e Mercado)		1.912.126
Receita Requerida - RR (Parcela A +B)	(2)	4.656.586
Outras Receitas (OR)	(3)	150.006
CVA e Neutralidade		37.020
Subsídios Tarifários		518
Total Comp. Financeiros e Subsídios		187.544
Reposicionamento Tarifário [(2) - (3)] / (1)]	(4)	10,76%
Componentes Financeiros e Subsídios	(5)	4,10%
Reposicionamento Tarifário Total [(4) + (5)]		14,86%
Efeito Médio Percebido pelo Consumidor (*)		15,35%

(*) Informações não revisadas

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2014 com vigência até 21 de abril de 2015.

(b) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	41.176	33.925	74.390	77.262
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	864.682	952.213	1.639.860	1.925.311
	<u>905.858</u>	<u>986.138</u>	<u>1.714.250</u>	<u>2.002.573</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(c) Outras Receitas

	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Renda da prestação de serviços	5.596	5.846	8.667	10.586
Arrendamentos e aluguéis	7.214	6.772	14.878	13.645
Serviço taxado	2.631	3.134	5.270	6.071
Taxa de iluminação pública	1.359	1.242	2.593	2.589
Administração de faturas de fraudes	91	282	389	361
Comissão serviços de terceiros	953	974	1.921	1.951
Ressarcimento Energia	16.374	41.173	75.754	50.270
	<u>34.218</u>	<u>59.423</u>	<u>109.472</u>	<u>85.473</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Deduções da Receita Bruta

	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
IMPOSTOS:				
ICMS	(324.767)	(273.806)	(616.806)	(594.196)
PIS	(32.205)	(29.207)	(56.639)	(53.237)
COFINS	(148.438)	(132.764)	(261.096)	(245.012)
ISS	(1.185)	(1.075)	(2.574)	(2.169)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	-	(5.378)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.566)	(2.631)	(8.198)	(5.263)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	-	-	(8.740)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(5.557)	(4.301)	(11.338)	(9.373)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.223)	(2.376)	(4.536)	(4.405)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.112)	(1.187)	(2.268)	(2.201)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.224)	(2.376)	(4.537)	(4.405)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(2.905)	(1.923)	(5.806)	(3.847)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(243)	-	(241)
Total	<u>(526.182)</u>	<u>(451.889)</u>	<u>(973.798)</u>	<u>(938.467)</u>

24.CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO**a) Custo de Energia Elétrica**

	Período de três meses findo em				Período acumulado de seis meses findo em			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
<u>Energia comparada para revenda</u>								
Energia adquirida no ambiente regulado - ACR	1.447.215	1.203.217	(520.426)	(277.925)	2.855.529	2.424.223	(849.196)	(543.602)
Energia adquirida contrato bilateral	1.009.663	1.005.295	(178.182)	(163.336)	2.026.060	2.019.413	(349.682)	(319.085)
Contratos por cotas de garantia física	1.992.953	2.003.187	(61.113)	(68.183)	4.185.046	4.071.881	(124.535)	(123.850)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	166.863	167.766	(24.891)	(22.823)	331.969	333.766	(49.782)	(45.646)
Energia curto prazo - PLD	205.016	142.284	(166.864)	(34.091)	335.838	363.630	(354.844)	(172.392)
PROINFA	92.020	91.456	(21.986)	(21.331)	179.237	181.275	(43.972)	(42.661)
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	23.705	-	-	-	32.017	-
Aporte CDE/ Conta ACR -CCEE	-	-	178.905	80.817	-	-	313.724	291.703
Créditos de PIS e COFINS	-	-	74.774	79.311	-	-	133.731	126.219
Total	<u>4.913.730</u>	<u>4.613.205</u>	<u>(696.078)</u>	<u>(427.561)</u>	<u>9.913.679</u>	<u>9.394.188</u>	<u>(1.292.539)</u>	<u>(829.314)</u>
<u>Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição</u>								
Encargos de rede básica			(34.737)	(26.480)			(70.044)	(53.817)
Encargos de conexão			(5.160)	(4.234)			(8.537)	(9.788)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(1.728)	(3.329)			(4.761)	(6.623)
Encargo de serviço do sistema - ESS			(10.948)	(71.822)			(28.369)	(169.553)
Créditos de PIS e COFINS			4.470	3.068			8.266	7.512
			<u>(48.103)</u>	<u>(102.797)</u>			<u>(103.445)</u>	<u>(232.269)</u>
			<u>(744.181)</u>	<u>(530.358)</u>			<u>(1.395.984)</u>	<u>(1.061.583)</u>

b) Custo de operação e despesas operacionais

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo / Despesas	Período acumulado de seis meses findos em				
	30/06/14			30/06/13	
	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(80.896)	(34.836)	(42.407)	(158.139)	(124.362)
Administradores	-	-	(2.839)	(2.839)	(1.451)
Entidade de previdência privada	(2.945)	(998)	(3.284)	(7.227)	(4.845)
Material	(4.735)	(1.292)	(475)	(6.502)	(8.826)
Serviços de terceiros	(85.125)	(108.559)	(43.933)	(237.617)	(229.111)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(3.952)	-	-	(3.952)	(4.713)
Amortização	(126.417)	(17.411)	(5.512)	(149.340)	(137.608)
Arrendamentos e aluguéis	(674)	(64)	(2.060)	(2.798)	(2.476)
Tributos	(36)	(47)	(5.261)	(5.344)	(3.222)
Provisões líquidas - PCLD	-	(1.569)	-	(1.569)	(18.427)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(15.920)	-	(15.920)	(18.139)
Provisões líquidas - contingências	-	-	5.717	5.717	1.506
Outros ganho / perdas / alienação / desativação	-	-	(4.142)	(4.142)	(2.747)
Outros	(2.458)	(2.126)	(18.906)	(23.490)	(23.384)
Total custos / despesas	(307.238)	(182.822)	(123.102)	(613.162)	(577.805)

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				
	30/06/14			30/06/13	
	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(48.400)	(21.622)	(17.323)	(87.345)	(64.504)
Administradores	-	-	(2.011)	(2.011)	(720)
Entidade de previdência privada	(1.521)	(565)	(2.298)	(4.384)	(2.400)
Material	(2.759)	(702)	(241)	(3.702)	(4.642)
Serviços de terceiros	(43.598)	(54.311)	(24.593)	(122.502)	(118.835)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(1.520)	-	-	(1.520)	(2.432)
Depreciação e amortização	(64.754)	(8.528)	(2.686)	(75.968)	(68.954)
Arrendamentos e aluguéis	(270)	(26)	(1.049)	(1.345)	(1.349)
Tributos	(29)	(33)	(2.520)	(2.582)	(239)
Provisões líquidas - PCLD	-	(9.533)	-	(9.533)	(1.619)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(4.781)	-	(4.781)	(16.724)
Provisões líquidas - contingências	-	-	3.795	3.795	1.192
Outros ganho / perdas / alienação / desativação	-	-	(3.011)	(3.011)	(1.034)
Outros	(1.406)	(1.235)	(9.609)	(12.250)	(11.689)
Total custos / despesas	(164.257)	(101.336)	(61.546)	(327.139)	(293.949)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Renda de aplicações financeiras	7.063	4.966	18.471	9.331
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	18.807	20.818	37.655	42.237
Variação monetária	25.495	17.432	100.396	26.280
Variação cambial	33.892	4.875	129.119	34.395
Operações swap	1.597	87.564	46.159	104.608
Receita Financeira da Concessão	(1.286)	2.041	31.032	16.181
Outras receitas financeiras	5.484	4.112	20.544	7.280
Total	91.052	141.808	383.376	240.312

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Encargos de dívida	(45.369)	(45.880)	(91.475)	(89.473)
Variação monetária	(35.748)	(25.815)	(123.574)	(43.884)
Variação cambial	(1.604)	(86.607)	(54.588)	(104.056)
Operações swap	(58.555)	(16.914)	(172.247)	(56.899)
Multas regulatórias	(6.102)	(5.973)	(15.474)	(17.914)
Perda acréscimos moratórios	(405)	(435)	(4.596)	(779)
Deficit com Plano de Saúde	(6.815)	(8.050)	(13.752)	(16.100)
Outras despesas financeiras	(876)	(2.069)	(14.344)	(4.647)
Total	<u>(155.474)</u>	<u>(191.743)</u>	<u>(490.050)</u>	<u>(333.752)</u>

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Ref.	30/06/2014			30/06/2014			30/06/2013			31/12/2013					
	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante		Não circulante	Total	Circulante	Não circulante		Total	Circulante	Não circulante	Total
NEOENERGIA S.A.	(e)	(564)	-	-	100.155	2.402	102.558	(528)	-	-	-	102.557	102.557		
CELPE	(b) / (h)	2.269	411	-	411	90	90	(1.761)	-	-	-	149	149		
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.1) / (g) / (h)	(179.775)	30	-	30	60.924	-	60.924	(166.820)	13	-	13	58.944	58.944	
TERMOPIERAMBUCO S/A	(a.1)	(49.641)	-	-	-	18.090	-	18.090	(43.626)	-	-	-	21.234	21.234	
BAGUARI 1 GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.2)	(1.968)	-	-	-	417	-	417	(1.810)	-	-	-	442	442	
GOLÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.2)	(1.213)	-	-	-	256	-	256	(1.115)	-	-	-	272	272	
RIO PCH 1 S.A.	(a.2)	(664)	-	-	-	141	-	141	(608)	-	-	-	151	151	
BAHIA PCH 1 S.A.	(b)	364	60	-	60	-	-	355	119	-	119	-	-	-	
SE NARANDINA S.A.	(c) / (d)	(1.701)	-	-	-	341	-	341	(1.616)	-	-	-	398	398	
NC ENERGIA S.A.	(a.1)	(8.022)	-	-	-	-	-	(4.455)	-	-	-	-	2.151	2.151	
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.1) / (b)	(12.263)	94	-	94	2.223	-	2.223	(11.342)	172	-	172	2.121	2.121	
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(c) / (d) / (e) / (g)	(6.464)	7	-	7	1.454	-	1.454	(5,491)	6	-	6	1.372	1.372	
		(259.641)	602	-	602	184,092	2,402	186,495	(238,815)	310	-	310	189,791	189,791	
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	(8.338)	-	-	-	1.301	-	1.301	(7,664)	-	-	-	1,871	1,871	
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1,035)	-	-	-	94	-	94	-	-	-	-	94	94	
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(980)	-	-	-	80	-	80	(414)	-	-	-	80	80	
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1,035)	-	-	-	94	-	94	-	-	-	-	94	94	
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1,007)	-	-	-	87	-	87	-	-	-	-	87	87	
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1,029)	-	-	-	92	-	92	-	-	-	-	92	92	
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(912)	-	-	-	63	-	63	(346)	-	-	-	63	63	
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(948)	-	-	-	85	-	85	-	-	-	-	85	85	
CAETITE 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(892)	-	-	-	78	-	78	-	-	-	-	78	78	
CAETITE 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(894)	-	-	-	78	-	78	(417)	-	-	-	78	78	
		(17,071)	-	-	-	2,053	-	2,053	(8,841)	-	-	-	2,622	2,622	
obrigadas															
AMARA BRASIL	(f)	(2,495)	-	-	-	403	-	403	-	-	-	-	420	420	
		(2,495)	-	-	-	403	-	403	-	-	-	-	420	420	
controladores															
Previ - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,520	2,520	
Iberdrola Energia S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,943	7,943	
BB - Banco de Investimentos S.A.	(i)	(160)	-	-	-	1,232	-	1,232	-	-	-	-	1,392	1,392	
Fundo Mútuo Inv. em Ações Cart. Liv. - BB Carteira Livre I		-	40	2,693	2,733	-	-	-	(158)	2,597	1,784	4,381	-	-	
Outros minoritários		-	-	-	-	2,373	-	2,373	-	-	-	-	4,254	4,254	
		(160)	40	2,693	2,733	3,606	-	3,606	(158)	2,597	1,784	4,381	16,109	16,109	
		<u>(279,367)</u>	<u>642</u>	<u>2,693</u>	<u>3,335</u>	<u>190,153</u>	<u>2,402</u>	<u>192,555</u>	<u>(247,814)</u>	<u>2,907</u>	<u>1,784</u>	<u>4,691</u>	<u>208,942</u>	<u>208,942</u>	

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2014			30/06/2014			30/06/2013			31/12/2013		
	Ativo		Total	Passivo		Total	Ativo		Total	Passivo		Total
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
Receita	4.073	-	-	-	-	-	1.054	-	-	-	-	-
Forneimento de energia elétrica	655	-	-	-	-	-	698	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	3.418	-	-	-	-	-	355	-	-	-	-	-
Despesa	(283.439)	-	-	-	-	-	(248.868)	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	(271.241)	-	-	-	-	-	(239.273)	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	(8.965)	-	-	-	-	-	(8.897)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(3.073)	-	-	-	-	-	(539)	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(160)	-	-	-	-	-	(159)	-	-	-	-	-
Ativo	-	642	2.693	3.335	-	-	-	2.907	1.784	4.691	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	40	2.693	2.733	-	-	-	2.597	1.784	4.381	-	-
Contas a receber de clientes e outros	-	602	-	602	-	-	-	310	-	310	-	-
Passivo	-	-	-	190.153	2.402	192.556	-	-	-	-	208.942	208.942
Fornecedores	-	-	-	86.486	86.486	-	-	-	-	-	192.833	192.833
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	102.435	102.435	-	-	-	-	-	16.109	16.109
Outros passivos circulantes	-	-	-	1.232	2.402	3.635	-	-	-	-	-	-
	(279.367)	642	2.693	3.335	190.153	2.402	(247.814)	2.907	1.784	4.691	208.942	208.942

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados**a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL**

Itapebi – Contratos n°s 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato n° 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato n° 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluentes Geração – Contrato n° 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato n° 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos n°s 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos n°s 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato n° 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mel 2 - Contrato nº 4600026047 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 - Contrato nº 4600026039 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 2 - Contrato nº 4600026040 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 3 - Contrato nº 4600026041 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026042 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026043 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026044 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026045 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026046 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluentes Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL com vigência até dezembro de 2029.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Celpe - Contrato de nº 15536355, com vigência até julho de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluente Transmissão - Contrato nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022337, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2014.

(g) Contratos de fornecimento de energia

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Afluente Transmissão – Contratos nº 7008092790 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(i) Custo de Captação

Referente ao contrato Banco do Brasil nº 342.901.039/2010 e emissão de BONDS no exterior.

(j) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 30 de junho de 2014 é de R\$ 2.591 (R\$ 1.392 em 30 de junho de 2013). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

27. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira da NEOENERGIA que foi aprovada pelo Conselho de Administração. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. A Companhia ainda monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houveram alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 30 de junho de 2014.

Em 30 de junho de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – valores considerados como mantido para negociação e por isso, classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado; (b) Títulos e valores mobiliários representados por fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) – está classificado como um ativo disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro ao final do período da concessão no resultado do período.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados ao CDI.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizadas como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado da mesma forma como as dívidas a eles atreladas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado 30/06/14
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		30/06/14	31/12/13	Valor a receber / recebido - a pagar/pago
					30/06/14	31/12/13	30/06/14	31/12/13			
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Bancos Citibank	22/06/2010 / 26/08/2010 /	26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1,875 % a.a. / USD 6M LIBOR + 1,50 % a.a.	USD 150.003	USD 150.000	R\$ 300.207	R\$ 284.912	334.123	355.194	
Passiva	Bank of America Merrill Lynch / BNP Paribas / JP Morgan	10/12/2010 / 14/05/2014	26/12/2018	103,27% / 100,40% / 102,87% / 102,60% do CDI					300.456	285.233	
									33.667	69.961	(31.752)
Swap											
Ativa				USD + 13,4853% a.a.	USD	-	USD 1.373	R\$	-	R\$ 4.150	-
Passiva	Banco Votorantim	30/07/2004	27/01/2014	IGPM + 13,95% a.a.					-	7.366	
									-	24.014	(178)
									-	(16.648)	
Swap											
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/2012	14/06/2018	114,29% * (USD Libor 3M+0,80% a.a)	USD 50.000	USD 50.000	R\$ 104.005	R\$ 104.005	108.161	113.514	
Passiva				CDI + 0,60% a.a.					104.409	104.416	
									3.752	9.098	(10.079)
Swap											
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 / 19/11/12 /	14/06/2018 /	117,65% * (USD Libor 3M+1,70% a.a)					472.176	498.233	
Passiva		05/12/13	20/12/2018	CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a. / 106% do CDI	USD 209.900	USD 209.900	R\$ 439.032	R\$ 439.032			
									440.706	440.727	
									31.470	57.507	(43.346)
Swap											
Ativa	Citibank	22/11/2013	03/12/2018	117,65%*(USD Libor 3M+0,970% a.a)	USD 98.000	USD 98.000	R\$ 225.400	R\$ 225.400	214.112	225.090	
Passiva				104,5% do CDI					227.132	227.063	
									(13.020)	(1.973)	(20.938)
Swap											
Ativa	JP Morgan	03/12/2013	17/12/2018	3,4588% a.a.	USD 24.500	USD 24.500	R\$ 58.065	R\$ 58.065	54.741	56.995	
Passiva				105% do CDI					58.289	58.291	
									(3.548)	(1.296)	(4.269)
Total									52.321	116.650	(110.562)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros classificados como mensurados a valor justo, aos quais são as dívidas vinculadas aos instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia adota a metodologia de determinação de valor justo projetando os fluxos com as características contratuais e a curva da BM&F. Para isso utiliza como taxa de desconto a taxa da ponta passiva do swap contratado. Não existe no mercado liquidez para as dívidas em moeda estrangeira, por isso foi adotada essa metodologia, considerando principalmente que a taxa da ponta passiva do swap reflete a precificação do mercado para o instrumento em questão.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/14		31/12/13	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.113.215	1.113.215	903.882	903.882
Contas a receber de clientes e outros	1.113.215	1.113.215	903.882	903.882
Mantidos até o vencimento	5.254	5.254	20.960	20.960
Titulos e valores mobiliários	5.254	5.254	20.960	20.960
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	245.268	245.268	574.600	574.600
Caixa e equivalentes de caixa	242.273	242.273	573.253	573.253
Titulos e valores mobiliários	2.995	2.995	1.347	1.347
Disponível para venda	1.761.166	1.761.166	1.593.886	1.593.886
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.761.166	1.761.166	1.593.886	1.593.886
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	2.803.035	2.802.990	2.825.687	2.825.687
Fornecedores	661.786	661.786	515.469	515.469
Empréstimos e financiamentos	2.101.600	2.101.600	2.231.012	2.231.012
Debêntures *	39.649	39.604	79.206	79.206
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.116.404	1.116.404	1.117.577	1.117.577
Empréstimos e financiamentos	1.168.724	1.168.724	1.226.862	1.226.862
Debêntures *	-	-	7.365	7.365
Derivativos não designados como hedge accounting				
Bank of America	(31.470)	(31.470)	(57.507)	(57.507)
Banco de Tokyo	(3.752)	(3.752)	(9.098)	(9.098)
Titulos Externos	(33.667)	(33.667)	(69.961)	(69.961)
3ª Emissão Debêntures	-	-	16.648	16.648
Citibank	13.021	13.021	1.973	1.973
JP Morgan	3.548	3.548	1.296	1.296

* Valor de mercado é meramente informativo

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/14			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	1.761.166	1.761.166
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	242.273	-	-	242.273
Títulos e valores mobiliários	2.995	-	-	2.995
Passivos				
Passivos financeiros				
Mantidos para negociação				
Empréstimos e Financiamentos				
Bank of America	-	463.945	-	463.945
Banco de Tokyo	-	107.093	-	107.093
Títulos Externos	-	334.023	-	334.023
Citibank	-	210.132	-	210.132
JP Morgan	-	53.531	-	53.531
Outros Passivos financeiros				
Derivativos				
Bank of America	-	(31.470)	-	(31.470)
Banco de Tokyo	-	(3.752)	-	(3.752)
Títulos Externos	-	(33.667)	-	(33.667)
Citibank	-	13.021	-	13.021
JP Morgan	-	3.548	-	3.548
	<u>245.268</u>	<u>1.116.404</u>	<u>1.761.166</u>	<u>3.122.838</u>

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de junho de 2014, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2014, a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 110.562 (R\$ 53.795, resultado positivo em 30 de junho de 2013).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Mil							
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar			2,20250	1.173.253	(20.276)	(25.345)	(30.413)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	2,20250	1.173.447	23.581	29.476	35.372
Exposição Líquida					3.305	4.132	4.958

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, como também sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

A política para utilização de derivativos aprovada pelo Grupo Neoenergia não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco, no entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 30 de junho de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 944.999 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							R\$ Mil
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,9%	217.664	10.678	8.009	5.339
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	4,9%	441.781	24.149	30.127	36.105
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	4,9%	1.130.992	60.007	74.233	88.460
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	2,5%	797.058	37.896	42.817	47.737

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de junho de 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 217.664 sendo R\$ 127.984 em fundos exclusivos e R\$ 89.680 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Adicionalmente estão inclusos as previsões de fluxo de vencimentos das obrigações vinculadas às garantias oferecidas pela controladora à suas participadas de controle conjunto e coligadas.

	30/06/14								Acima de 5 anos
	Valor Contábil	Fluxo de caixa		2014	2015	2016	2017	2018	
		contratual total	Até 3 meses						
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	3.270.324	2.675.902	96.580	147.064	498.539	938.919	441.264	313.212	240.324
Debêntures	39.649	41.601	-	41.601	-	-	-	-	-
Fornecedores	661.786	661.786	397.072	218.216	46.498	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos									
Bank of America	(31.470)	623.971	12.286	14.106	53.060	56.515	305.839	182.165	-
Banco de Tokyo	(3.752)	147.987	2.907	2.944	11.799	12.659	76.283	41.395	-
Títulos Externos	(33.667)	479.122	-	(8.300)	(11.618)	15.151	165.443	318.446	-
Citibank	13.021	345.983	6.322	6.295	25.343	27.240	27.652	253.131	-
JP Morgan	3.548	85.870	1.635	3.317	9.846	10.152	5.368	55.552	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

	<u>30/06/14</u>	<u>31/12/13</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	242.273	573.253
Titulos e valores mobiliários	2.995	1.347
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.422.997	1.215.098
Mantidos até o vencimento		
Titulos e valores mobiliários	5.254	20.960
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.761.166	1.593.886

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 14).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Recebimento de recursos de Subvenções/Subsídios Governamentais (NE 4, item (c)):
- ✓ Em 14 de julho de 2014 e 14 de agosto de 2014 a Companhia recebeu o montante de R\$ 26.152 e R\$ 26.124, respectivamente, referente à Subvenção à subclasse residencial baixa renda do mês de maio e junho de 2014.
 - ✓ Em 17 e 23 de julho de 2014 e em 12 de agosto de 2014 foram repassados pela ELETROBRÁS os montantes de R\$ 10.221, R\$ 3.053 e R\$ 13.274 respectivamente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2014.
- b) Recebimento de recursos de Empréstimos e Financiamentos
- ✓ Em 29 de julho de 2014 a Companhia recebeu do BNDES o montante de R\$ 176.884 para financiamento de investimentos realizados em 2013 e 2014, proveniente do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.02.94.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013 e julho de 2014.
 - ✓ Em 11 de agosto de 2014 a Companhia recebeu da Eletrobrás o montante de R\$ 56.843 referente a 2ª parcela do Contrato de Subvenção Econômica com Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), ECFS-345/2013, para financiamento do Programa Luz para Todos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) , assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 14 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 “F” BA

Leandro Mauro Ardito

Contador CRC 1SP188307/O-0 “S” BA